

## **Instituto Superior de Psicologia Aplicada**

### **AS CONSEQUÊNCIAS A LONGO-PRAZO (AO NÍVEL DA PARENTALIDADE) EM MULHERES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL**

**Flávia Pereira Freixo da Cunha**

**Dissertação orientada por Professor Doutor António Pazo Pires**

**Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de**

**Mestre em Psicologia Aplicada**

**Especialidade em Clínica**

**2008**

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professor Doutor António Pazo Pires, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº 19673 / 2006 publicado em Diário da República 2ª série de 26 de Setembro, 2006.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Prof. Doutor António Pires pela sua disponibilidade essencial para o término desta etapa.

À Dra. Micaela e a todas as participantes deste estudo por terem permitido que este trabalho por mim sonhado se tornasse real.

Um muito obrigada à minha família pelo apoio e por viverem e partilharem comigo cada tristeza, decepção, alegria e conquista, e em especial àquela pessoa que, contra todas as expectativas, não conseguiu assistir e partilhar comigo este momento.

Aos meus amigos, essencialmente às minha amigas que partilham comigo o dia-a-dia, o meu muito obrigada pelo carinho e amizade sinceros.

## **RESUMO**

Este estudo tem como objectivo identificar as características das relações de parentalidade de mulheres vítimas de abuso infantil. Os participantes são quatro mulheres, com idades compreendidas entre os 32 e os 44 anos de idade, que, actualmente, já são mães e que foram violadas na infância. Este estudo foi realizado através de entrevistas de investigação que foram gravadas e analisadas segundo a “Grounded Theory”. As entrevistas analisadas indicam que estas mães têm uma história comum de uma relação distante e de falta de afecto com os pais, revictimização (através de si ou daqueles que lhe são mais próximos, os filhos), culpabilização, não só, do agressor mas, e sobretudo, de quem as silenciou, atitudes de prevenção da vitimação dos filhos e uma relação aberta e de amizade com estes, que vai para além das funções de mãe. Os resultados indicam, ainda, e com especial relevo relações de submissão e dependência com o marido/companheiro, dependência esta também manifestada em relação aos filhos.

Palavras-chave: criança, abuso sexual, Grounded Theory, dependência, parentalidade.

## **ABSTRACT**

The objective of this study is identifying the characteristics of the parenthood relations of the women victims of child sexual abuse. The participants are four mothers, with ages between 32 and 40 years old, who was a victim of sexual abuse in the childhood. This study was realized with investigation interviews witch was tapped and analysed by the “Grounded Theory” method. The analyse of these interviews shows a commune history of an distant relationship with their parents, an wanting infancy, revictimization, guilting , not only the aggressor, but also the one who didn’t listened them, attitudes of prevention of the victimization of their sons and an open relationship and friendly relation with them, that goes for beyond from the mothers functions. The analyse shows, also, a submissive and dependent relation with pairs and a dependent relationship with their sons too.

Key-words: child, sexual abuse, Grounded Theory, dependence, parenthood

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>2</b>
<b>FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E SUA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>18</b>
<b>MÉTODO .....</b>	<b>21</b>
PARTICIPANTES .....	21
PROCEDIMENTO .....	21
ANÁLISE DOS DADOS.....	22
<b>RESULTADOS .....</b>	<b>24</b>
<b>DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....</b>	<b>30</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>34</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>37</b>
ANEXO A.....	38
“Grounded Theory” .....	39
ANEXO B .....	41
Lista de Categorias .....	42
ANEXO C .....	44
Memorandos .....	45
ANEXO D .....	63
Entrevista D. Lurdes .....	64
Entrevista D. Teresa .....	78
Entrevista D. Clara .....	80
Entrevista D. Ana.....	85

## INTRODUÇÃO

A ideia do que é e representa uma criança e de qual é o papel parental na educação foi-se alterando ao longo do tempo. Isto levou, por um lado, a um interesse crescente pelas condições que favorecem o bem-estar e o desenvolvimento das crianças e, por outro, a uma busca de respostas acerca das circunstâncias que colocam as crianças em risco, de forma a que sejam, no futuro, adultos saudáveis e adaptados à sociedade. Enfatizou-se o papel do Estado na protecção destas crianças para além da criação e implementação de programas de prevenção e intervenção de forma a atingir esse objectivo (Calheiros, 2006). Mas é só a partir da segunda metade do séc. XX que se dirige a atenção para a violência na família, que se dá o reconhecimento do mau trato e negligência, para com as crianças, como um problema social, e que se inicia a análise e estudo deste fenómeno (Calheiros, 2006).

Segundo Putnam e Trickett (1993), o abuso sexual infantil, em particular o abuso intrafamiliar, é a maior fonte do trauma crónico de grande parte das crianças dos EUA, tendo uma incidência de, pelo menos, 160.000 casos por ano. Para além do abuso sexual ser uma forma de violência muito registada nestes últimos tempos, vários estudos têm demonstrado que as suas consequências para a criança são devastadoras, tanto a nível comportamental como psicopatológico. Embora haja variações entre as crianças no que toca à forma de reagir e de interpretar o abuso. O abuso sexual intrafamiliar tem consequências ainda mais graves na criança, visto que o abusador é alguém da confiança da criança e de quem esta espera carinho e protecção e não moléstia.

Segundo Maker & Bittenheim (2000), as investigações que têm sido realizadas no âmbito do abuso sexual tem sido sobre as consequências e possíveis intervenções com os sobreviventes deste abuso, mas negligenciam o impacto do abuso sexual na parentalidade. Assim, penso que é pertinente fazer esta revisão de literatura no sentido de sintetizar factores de risco para o abuso infantil, sintomas que sugiram que tenha ocorrido esse abuso, as consequências a curto e a longo prazo para a criança, focado neste último ponto, com especial atenção, as consequências a longo-prazo ao nível da parentalidade (ou seja, ao nível da relação entre a mãe, abusada na infância, e os seus filhos).

## ENQUADRAMENTO TEÓRICO

“É no decorrer da experiência com os outros, através do processo de socialização, que desenvolvemos as competências para vivermos uns com os outros, partilhando, ou pelo menos antecipando, formas de comportamento, pensamento e sentimentos” (cit. por Calheiros, 2006, pg.51). A socialização é um processo contínuo onde se adquirem activamente os comportamentos, competências, valores e crenças que dotam a pessoa para funcionar efectivamente, respondendo às exigências da vida em grupo.

É durante o desenvolvimento da criança que surge a oportunidade dela praticar e refinar os traços físicos, comportamentais e sociais que levam à sobrevivência e reprodução humana. São desenvolvidas características acerca das habilidades parentais, do controlo de recursos e da escolha de parceiros na vida adulta (e.g. Alexander, 1987; Geary, 2002; in Vigil, Geary, Byrd-Craven, 2005).

Estudos concluíram que as experiências sociais vividas pela criança, essencialmente com a família e com os grupos de pares, vão influenciar as futuras capacidades educacionais e parentais (Ellis, et. Al., 1999 & Wu & Thompson, 2001; in Vigil, Geary, Byrd-Craven, 2005).

A **parentalidade** é uma das funções centrais na vida de muitos adultos e constitui um dos papéis mais exigentes e desafiantes da sua vida.

A construção das crenças, ideias e concepções parentais vão sendo adquiridas ao longo da vida, mesmo antes de estes se tornarem pais. Mais tarde, na relação com os filhos, a aquisição de novos conhecimentos vai ser função das crenças já estabelecidas através de um processo de organização interno das experiências num sistema coerente (McGillicudy De Lisi & Sigel, 1995 in Calheiros 2006). As experiências sociais precoces dos pais, em primeiro lugar com os seus próprios pais, formam a base das estruturas de conhecimento em relação à educação e ao comportamento da criança que existem esquematicamente na memória a longo termo. Estas estruturas actuam como organizadores centrais das respostas parentais (Grusec, Hastings, & Mammone, 1994 in Calheiros 2006).

Uma das características das relações pai-filho que as torna únicas é a sua assimetria. Muito embora hoje já se considere que na relação entre os dois ambos dão e recebem algo, há uma diferença muito significativa no que se refere à responsabilidade, competência e poder que ambos carregam na relação, sobretudo nos primeiros anos de vida da criança.

As funções parentais são conduzidas social e normativamente e têm como objectivo um harmonioso e integral desenvolvimento físico, intelectual, social e moral das crianças.



Mas muitas vezes isto não acontece e não são promovidos nem o bem-estar nem o desenvolvimento da criança.

Desde cedo que os direitos das crianças e a sua protecção em relação aos pais, família e sociedade são foco de interesse, mas só em 1989 são contemplados definitivamente na Convenção dos Direitos da criança pela Assembleia-geral das Nações Unidas. Esta Convenção marca uma viragem importante em relação aos direitos das crianças e instaura uma visão da criança, não só como membro de uma família, mas também como ser único e com direitos próprios. Mas é só a partir da segunda metade do séc. XX que se dirige a atenção para a violência infligida nas crianças (Calheiros, 2006).

Hoje em dia, de entre as muitas formas de violência cometidas contra as crianças o abuso sexual detém grande destaque devido à gravidade das suas consequências para a criança. Vários estudos têm sido feitos nestas últimas décadas no sentido de perceber as dinâmicas e processos deste abuso.

Quando se pensa acerca do abuso sexual, pensa-se, necessariamente, na sexualidade. É difícil definir o que é uma sexualidade normal mas, apesar dos diferentes pontos de vista existentes, é seguro dizer, de forma simplista, que ocorre quando a actividade sexual não provoca danos a outras pessoas. As parafilias são perturbações da sexualidade onde a satisfação sexual decorre do uso de objectos ou práticas sexuais não usuais, como obter prazer com objectos, com sofrimento e/ou humilhação de si próprio e do outro e com o abuso sexual de crianças ou pessoas inadequadas à resposta sexual (<http://www.psiqweb.med.br/forense/sexual6.html>).

Existem muitas definições de abuso sexual infantil, já que existem várias considerações do que é ou não um comportamento ou situação abusivos e da diferença de idades para que se considere abuso (Amazarray & Koller, s.d.; Freitas, 2001). Porém, um ponto de vista que considero mais correcto é o que inclui dentro desta violência todos os contactos ou interacções sexuais (desde a evocação sexual, onde se inclui o exibicionismo e as chamadas telefónicas, à estimulação sexual, através da masturbação e contacto genital incompleto, e até mesmo à realização sexual, com a penetração vaginal, anal ou oral) que são impostas a uma criança ou adolescente, por um indivíduo em estado de desenvolvimento psicosssexual mais avançado. A criança é explorada e utilizada como fonte de prazer sexual. Esta imposição pode ser feita através da violência física, ameaças ou indução da sua vontade. (Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005; Hartman & Burgess, 1989 in Calheiros, 2006; <http://www.virtualpsy.org/infantil/abuso.html>; Marcelli, 2005)

Segundo Calheiros (2006), a incidência deste abuso em rapazes e raparigas não mostra diferenças na infância. No entanto, na adolescência, os rapazes são alvo de maior abuso físico, emocional e de trabalho infantil do que as raparigas, e estas são mais sinalizadas que os rapazes, sobretudo no que diz respeito ao abuso sexual e à falta de supervisão. Contrariamente, ao defendido por Calheiros, e segundo Putnam & Trickett (1993), as particularidades desta violação diferem quando praticadas em meninos ou meninas. Os estudos revelam que as meninas são violadas três a quatro vezes mais que os meninos e geralmente por um membro da família, que o pico de incidência do abuso é entre os sete e os oito anos (apesar de poder ocorrer em qualquer idade) e que a duração média do abuso é de dois anos. No caso de o abuso ser cometido nos meninos parece haver uma maior tendência para este ocorrer mais cedo do que nas meninas mas a duração do abuso é inferior. Regra geral, o abusador é um estranho ou uma pessoa que não é da família.

São sugeridos como factores de risco do abuso de meninas a presença de um padrasto, o facto de viverem separadas das mães, ou o afastamento emocional em relação a estas, e o facto de a mãe ser punitiva ao nível da sexualidade da criança. Pais com psicopatologias graves, com histórias de abuso sexual ou de consumo de drogas e álcool são pais referenciados pelos técnicos como pais de risco para os maus-tratos e a negligência em relação aos seus filhos (Almeida e colaboradores, 1999; Calheiros e Monteiro, 2001; in Calheiros, 2006).

Calheiros (2006), destaca os estudos de Finkelhor e Hotaling (1984) acerca dos factores para avaliar se ocorreu ou não abuso sexual. Estes autores referem que é necessário avaliar: a diferença de idades, se é de pelo menos, 5 anos, se a criança é menor de 12 anos, e de 10 anos, se a criança tem entre 13 e 16 anos, considera-se abuso; a natureza do acto e uso da força, abuso ou coacção pela autoridade; o consentimento da criança; o sexo e a relação entre o abusador e a criança; as consequências para a criança e o nível de informação que a criança dispõe acerca das atitudes sexuais. Só tendo em conta estes factores é possível determinar se ocorreu abuso.

O abuso sexual infantil é um problema complicado que envolve aspectos psicológicos, sociais e legais e que tem diversas consequências ao nível afectivo, cognitivo e social da vítima e da sua família. (Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005).

Há vários pontos de vista acerca do abuso sexual e das suas especificidades, mas todos os autores parecem concordar de que o abuso intrafamiliar, detém grande destaque já que é o tipo de violência que ocorre com mais frequência e a que tem maior impacto cognitivo-comportamental na criança. Dentro destes abusadores incluem-se todos os que desempenham

o papel de cuidadores da criança, mesmo que não tenham com esta laços consanguíneos. Podem começar por uma sedução subtil passando, mais tarde, às carícias que não deixam lesões físicas. O agressor serve-se da relação de confiança que tem com a criança, começando com uma sedução subtil que mais tarde leva a violações gradualmente mais frequentes e abusivas. Quando o agressor se apercebe de que a criança entende os seus actos como não normais, abusivos e dolorosos atribui-lhe a culpa, manipulando-a e exigindo-lhe o silêncio. (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Neste contexto, podem desenvolver-se dois síndromes: o “Síndrome do Segredo” que consiste na incapacidade da criança de revelar a violação e o “Síndrome da Adição” em que o abusador usa a criança para obter excitação sexual e alívio da tensão gerando uma dependência psicológica e uma negação dessa dependência. (Furniss, in Habigzang et al, 2005) Este silêncio é provocado pelo receio de que o abusador seja prejudicado, de provocar uma desagregação familiar ou mesmo por vergonha e medo de serem consideradas culpadas, de serem castigadas e retiradas de casa (Hirata, 2003; [www.virtualpsy.org/infantil/abuso.html](http://www.virtualpsy.org/infantil/abuso.html); Howard, 1993).

Medo, vergonha, incerteza, embaraço e culpa são coisas que impedem a criança de procurar ajuda junto dos que poderiam protegê-la. Esconde-se, afasta-se de quem lhe quer bem e evita intimidades com os outros adultos por medo que o “segredo” lhe escape. A solidão e isolamento reforçam o terror, tornando-a mais dependente do abusador (Sanderson, 2004/2005).

O revelar da criança da experiência traumática parece ter, por si só, um efeito positivo. Ao ser capaz de identificar e interpretar a experiência, a criança tem condições de processar o que ocorreu e integrar essa experiência. Isto sugere que o manter-se em silêncio aumenta o impacto do abuso sexual (Sanderson, 2005).

Há muitos comportamentos que as crianças podem adoptar após as violações que podem ser tomados como um indício. De entre muitos, distinguem-se problemas com o sono e com o apetite, isolamento, pensamento de que o corpo está sujo e de que algo de mal se passa com os seus genitais, negação em ir à escola, agressividade excessiva e o terror de certas pessoas e sítios, auto-mutilações, medos, ansiedade e fobias. De uma forma geral, mudanças bruscas na conduta da criança devem ser tidas em atenção (<http://www.virtualpsy.org/infantil/abuso.html>; Putnam & Trickett, 1993). As famílias incestuosas apresentam uma estrutura familiar com relações assimétricas e hierárquicas (Koller, in Habigzang et al, 2005). Regra geral, o primeiro contacto é feito com a filha mais

velha e a duração das violações é superior às outras devido ao isolamento social característico das famílias (Cole & Putnam, 1992; Freitas, 2001).

É a partir da análise e caracterização das vítimas, dos agressores e da família que foi possível definir alguns factores de risco para o abuso sexual infantil, dos quais se destacam o desemprego e dificuldades económicas, as famílias reconstruídas, a mãe passiva e/ou ausente, o abuso de álcool ou drogas e a presença de outras formas de violência. Porém, não se deve estabelecer uma relação de causa-efeito entre estes factores e a violação sexual. Vários estudos demonstraram que a maioria dos abusos sexuais ocorrem dentro da família, sendo a maioria entre os 5 e os 12 anos de idade da criança (Marcelli, 2005), na sua maioria em meninas e a mãe é a pessoa mais procurada para a solicitação de ajuda. A reacção da mãe perante a revelação da filha depende de diferentes factores como a sua personalidade, história de vida, situação financeira, apoios, entre outros. Num dos extremos temos as mães que acreditam logo nas filhas e lhes fazem entender que o que lhes aconteceu é errado e culpa apenas do abusador. Tomam atitudes como chamar os serviços de protecção, assegurar a assistência psiquiátrica e médica da criança e fazer com que o agressor saia de casa ou seja preso. No outro extremo situam-se as mães que ao saberem da violação não acreditam nas filhas e proíbem-nas de voltar a tocar no assunto. Não tomam atitude nenhuma para ajudar as suas filhas e muitas vezes ainda alinham com o agressor culpando a criança. Estas crianças acabam por revelar perturbações consideravelmente mais sérias do que as apoiadas pelas mães. (Howard, 1993).

Até agora os investigadores têm realizado os seus estudos no sentido de encontrarem uma lista de sintomas como consequência do abuso sexual infantil (Cole & Putnam, 1992; in Schreiber & Lyddon, 1998). Para completar estes estudos era necessário perceber porque é que por vezes estes sintomas aparecem e outras vezes não (Morrow & Smith, 1995; in Maker & Buttenheim (2000). Algumas vítimas reportam traumas profundos enquanto outras têm apenas alguns sintomas resultantes do abuso (Finkelhor, 1990; Green, 1993; in Maker & Buttenheim (2000)).

Ainda que a maior parte dos estudos afirmem que o abuso sexual infantil é prejudicial à criança, existem alguns estudos que refutam essa hipótese. Esses estudos defendem que o maior dano para a criança é a reacção dos adultos e profissionais perante a revelação, assim como as experiências anteriores da criança e o significado que esta extrai do abuso (Sanderson, 2005).

O estudo de Maker & Buttenheim (2000) propõe a teoria da Vinculação de Bowlby para estudar o abuso sexual infantil. Esta Teoria da Vinculação é baseada na noção de que existem

diferenças individuais na forma como as crianças se vinculam emocionalmente aos seus prestadores de cuidados primários e que estas diferenças influenciam as percepções da criança (do self e dos outros) e os seus recursos de auto-regulação em momentos de crise (Bowlby, 1977; in Schreiber & Lynddon, 1998). Segundo Bowlby, se o prestador de cuidados é responsivo e consistente, desenvolver-se-á uma vinculação segura. Pelo contrário, se a resposta é inconsistente ou há rejeição dos pedidos de atenção e necessidades do bebé, formar-se-á uma vinculação insegura. O bebé cria, então, um modelo de relação que vai aplicar nas relações futuras e que influencia a forma de perceber e reagir perante os outros (Bowlby, 1973; Sroufe & Fleeson, 1986; in Schreiber & Lynddon, 1998).

Investigadores têm sugerido que o suporte afectivo dos pais à criança serve como um importante mecanismo que ajuda a criança a lidar com o trauma (Werner & Smith, 1982; in Schreiber & Lynddon, 1998). Esta noção é particularmente interessante na teoria da vinculação de Bowlby, visto que se a resposta do prestador de cuidados é rejeitante, a criança poderá ter menos habilidade para lidar com o trauma (Everson, Hunter, Runyon, Edelson, & Coulter, 1989; in Schreiber & Lynddon, 1998).

Um estudo de Alexander (1992), sugere que é mais determinante para as sequelas psicológicas deste abuso o tipo de suporte parental do que as características em si do abuso. (Schreiber & Lynddon, 1998).

Os resultados deste estudo sugerem que a Teoria da Vinculação de Bowlby é importante para perceber as consequências do abuso sexual infantil visto que o tipo de relação e de resposta entre os pais e o bebé tem um significado importante na forma como a criança incorpora a experiência de ser abusada, na sua estrutura. Se a criança construiu uma ideia de que os pais não respondem às suas necessidades e não a deixam segura, o abuso só vem reforçar a ideia de que os adultos não são confiáveis. Mas se, por outro lado, a criança construiu uma relação de vinculação segura com os prestadores de cuidados o abuso pode fazer com que a criança pense que apenas aquele adulto não é confiável (Schreiber & Lynddon, 1998).

Estes estudos e o conhecimento acerca dos factores de risco do abuso sexual infantil, permitem criar estratégias para combater este problema tanto a nível da prevenção como da terapia. Mas esta ajuda é uma tarefa bastante complicada no sentido em que é necessária a cooperação de uma grande quantidade de profissionais devidamente informados acerca tanto dos aspectos criminais como psicológicos das violações, devido ao silêncio da criança e ao facto da sua dependência em relação aos pais (não conseguem impor os seus direitos sozinhas) (Amazarray & Koller, s.d).

As crianças são um alvo mais fácil para o abuso visto que são física e psicologicamente dependentes dos pais e fisicamente vulneráveis (Belsky, 1993 in Calheiros, 2006).

No caso do abuso sexual infantil intrafamiliar, uma possível intervenção social consiste em retirar de casa a criança, o que muitas vezes é interpretado por ela como uma punição por aquilo que lhe aconteceu (Herman, 1981). Assim, o impacto do abuso sexual nas crianças depende de vários factores: da sua saúde emocional prévia (se for positiva os efeitos tendem a ser menos negativos), do tipo de abuso que sofrem (certos tipos de abuso são mais perturbadores e intrusivos que outros), da duração e frequência dos abusos, das reacções dos outros aquando da descoberta das violações, da dissolução ou não da família e dos apoios à criança.

Estas vivências de abuso sexual são, também, vivências de abuso físico e emocional que podem levar ao desenvolvimento de psicopatologias como depressões, transtornos alimentares e de ansiedade, transtornos de personalidade Borderline e Stress Pós-traumático e que podem levar a uma vulnerabilidade para a revictimização, prostituição e gravidezes precoces e a um abuso de substâncias ilícitas para alterar os estados de consciência. (Amazarray & Koller, s.d; Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005, Putnam & Trickett, 1993). Para além das perturbações psiquiátricas são sugeridos problemas interpessoais, alterações constantes de humor e comportamentos desadaptados que impedem o normal decorrer da vida (retirando a estas vítimas qualidade de vida) e que contribuem para a fragmentação do self. Em todas estas perturbações há um grande risco de baixa auto estima, distorção da imagem corporal, perturbações de identidade e comportamentos auto-destrutivos (auto-mutilações e suicídio) que reflectem os problemas, conflitos internos e “estrangement from self” vivenciados por estas vítimas.

“O abusador define a criança, primariamente, como um ser sexual, e a autodefinição dela, assim como o seu senso de identidade, é aniquilada pelas projecções impostas pelo abusador” (Mollon, 2000, cit in Sanderson, 2004/2005).

Há relatos de vítimas deste tipo de abuso que dizem que se auto-mutilam para quebrar a intensidade dos estados disfóricos de despersonalização. A própria maneira da criança se ver a si própria é danificada, há uma perda violenta da auto-estima, sensação de que não vale nada, perda da relação de confiança nos adultos e má representação da sexualidade. Estas crianças estão em constante busca de segurança. Nos casos em que a criança conclui que não é possível estar segura a dissociação (entendida como um processo psicológico complexo caracterizado pela ruptura dos processos normais de memória, identidade e consciência) serve como o escape mental para o horror que experienciou (Putnam & Trickett, 1993).

A dissociação é, assim, uma defesa criativa instintiva contra trauma psíquico, altamente adaptativa como defesa inicial contra o abuso para minimizar a percepção e a experiência do trauma (Gil, 1988, in Sanderson, 2004/2005). “Embora inicialmente adaptativa ela pode-se tornar não-adaptativa e contra-producente como defesa estratégica à medida que a criança se desenvolve” (Fraser, 1997; Gil, 1988; Sanderson, 1995, cit Sanderson, 2004/2005), “pelo facto de interferir com a sua capacidade de lidar eficazmente com a realidade” (Kluft, 1985, cit in Sanderson, 2004/2005). É a forma encontrada pela criança de se anestesiar e alhear do sofrimento. É comum as crianças relatarem sensações de deixarem o corpo, vê-lo à distância, geralmente do tecto, durante a dissociação (Sanderson, 2004/2005).

Embora ainda não se saiba qual é a idade em que a criança é violada que lhe traz mais malefícios alguns estudos já estão a ser feitos no sentido de fazer uma divisão das consequências do abuso de acordo com as idades das vítimas (Hirata, 2003). Estudos demonstraram que as crianças abusadas experimentavam níveis mais baixos de trauma se o abusador tinha menos de 26 anos ou mais de 50. É possível que, sendo o abusador jovem, ou mesmo adolescente, seja mais difícil para a criança perceber se o que se passa é abuso sexual ou experimentação sexual consensual. Este acto parece mais aceitável do que se o abusador tiver uma idade superior a 26 anos. Outro factor que faz com que o acto pareça aceitável é o facto de, durante o desenvolvimento normal das crianças é comum que estas se interessem por alguém mais velho e mais experiente. Isto pode fazer com que a criança pense que mereceu tal abuso (Russel, 1986, in Sanderson, 2004/2005).

Esta violência sexual sobre as crianças pode levar a problemas futuros como a prostituição, as relações desarmónicas com os outros e a própria vítima pode transformar-se num adulto abusador (Hirata, 2003). Esta identificação ao agressor resulta de uma relação no registo do narcisismo, de uma relação em que predomina o desejo de captar o amor do objecto. É uma relação de dependência e submissão em que tanto se sente amado como espartilhado, logo é uma relação desejada e, também, repelida. A saída que parece mais aceitável para esta ambivalência parece ser a identificação ao objecto poderoso. O sujeito transforma o masoquismo em sadismo, mas deslocando-o para outro objecto. Mas esta solução não é satisfatória porque a submissão e dependência em relação ao objecto primitivo continua (Matos, 2002).

Na identificação ao agressor há uma escolha de um objecto semelhante a si próprio que é considerado como insuficientemente amado e fraco. Assim, esta identificação ao agressor apesar de parecer uma relação em que o sujeito domina e protege o outro, é, acima de tudo, um pedido de apoio e de afecto (Matos, 2002).

São, também, de suma importância as possíveis consequências físicas como a gravidez, as doenças sexualmente transmissíveis e o trauma físico (Wright & Scalona, in Amazarray & Koller).

Estudos demonstram que existe uma forte relação entre a gravidez na adolescência e o abuso sexual infantil. Porém, a gravidez na adolescência é apenas uma, entre muitas, consequências deste tipo de abuso. Chegou-se à conclusão de que existe uma percentagem elevada destas vítimas entre os jovens delinquentes e institucionalizados (Weinman, Smith, Geva & Buzi, 1998). Dentro das perturbações emocionais são apontadas como mais frequentes a raiva, ansiedade, depressão, agressão e baixa auto-estima. E dentro dos problemas comportamentais incluem-se o insucesso escolar, o abuso de substâncias, a prostituição, a delinquência, o suicídio e a propensão para a revictimização física e sexual (Beitchman, Zucker, Hood, DaCosta, Akman, & Cassavia, 1992; Briere & Runtz, 1993; Browne & Finkelhor, 1986; Courtois, 1988; de Wilde, Kienhorst, Diekstra, & Wolters, 1992; Springs & Friedrich, 1992; in Weinman, Smith, Geva & Buzi, 1998).

Em comparação com mulheres que sofreram outro tipo de abuso, as que sofreram de abuso sexual reportam mais problemas ao nível da sexualidade (Briere e Runtz, 1990; in Weinman, Smith, Geva & Buzi, 1998), do sono, ansiedade, depressão e mais sintomas pós-traumáticos (Elliot and Briere, 1992; in Weinman, Smith, Geva & Buzi, 1998).

O estudo que estes autores realizaram, com mães adolescentes que tinham sido vítimas de abuso sexual na infância, demonstrou que estas adolescentes identificam o abuso de álcool e drogas e o suicídio como as consequências mais graves do abuso. Contrariamente ao que a literatura indica, por exemplo no artigo de Vigil, Geary, Byrd-Craven (2005), a gravidez precoce não é indicada por elas como uma consequência, mas isto pode ter a ver com a imaturidade cognitiva que se manifesta através do mecanismo de negação, com a estigmatização, a vergonha ou mesmo ambivalência acerca do comportamento sexual devido ao facto de a sociedade desaprovar as relações sexuais entre jovens.

Estes autores concluíram, também, que as vítimas parecem ter tendência a ter a sua primeira menstruação mais cedo, do que o considerado normal para as mulheres não abusadas, tal como a sua primeira relação sexual e o nascimento do seu primeiro filho (Vigil, Geary, Byrd- Craven, 2005).

Um estudo de Jacobs (1997) tenta ilustrar o impacto do abuso na infância e no desenvolvimento da vítima. Para isso ela recolheu uma amostra de cinquenta mulheres de diferentes níveis socioeconómicos, diferentes religiões e diferentes orientações sexuais para se poder fazer uma generalização. Tal como Herman (1981, 1992), Jacobs identificou com este



estudo o abuso sexual infantil como firmemente enraizado no patriarquismo e a sua compreensão das sequelas psicológicas e emocionais deste abuso está organizada em torno do impacto deste contexto patriarcal na identidade feminina.

O abuso viola os limites físicos e emocionais da criança. A identificação desta criança com o pai violento começa com a sua ligação empática com este agressor, que representa um ego ideal neste desenvolvimento psicológico da criança.

Visto que criança procura construir a identidade dela na imagem do agressor, a sua personalidade poderá vivenciar uma fenda/ruptura entre o corpo e a alma, numa fragmentação do self no qual o agressor internalizado significa a força e poder masculinos, enquanto a vítima internalizada representa a fraqueza feminina. Este trauma na sexualização conduz ao desenvolvimento de uma consciência dividida na qual a filha, tanto experiencia um corpo violado, como um ego masculino ideal através do qual ela se procura reinventar.

As conclusões de Jacobs vão para além da sua afirmação de que a maioria das meninas sobreviventes desta violência irão idealizar e identificar-se com o abusador e negar e rejeitar as suas mães. Jacobs, enfatiza como a percepção da criança de que a sua mãe falhou ao protegê-la destrói a fantasia essencial de uma mãe com poder ilimitado para saber e antecipar as necessidades e a segurança da criança. Esta perda é intolerável e evoca incessantemente a raiva. Isto leva a uma mágoa e desprezo pela mãe e pela sua fraqueza, que se manifesta frequentemente numa identidade feminina negativa. No entanto, Jacobs não fala acerca de uma importante função desta raiva. Ela não só protege a futura mulher de experienciar inteiramente a incapacidade e o terror deste abuso sexual infantil mas, também, a protege contra mais potenciais experiências que a magoem. O desejo de uma mãe onnipotentemente protectora é emocionalmente experimentado com saudade de um colo calmante e protector e de ser o centro do olhar atento e benevolente de alguém. A raiva, angústia e desprezo poderão salvar a criança do anseio, dor, ansiedade e de uma profunda solidão que acompanha a falta deste colo/protecção. Isto está ligado a um grande anseio de protecção, cuidado e atenção.

Jacobs, explorou em detalhe a idealização deste pai abusivo feita pela sua filha e relaciona este processo com a ligação empática estabelecida entre ambos.

Jacobs, apresenta, ainda, várias atitudes da criança em relação ao abuso e ao abusador: repressão e distorção, através dos quais a criança reprime o trauma e a identidade do abusador; auto-culpabilização; empatia com a culpa e vergonha do abusador; criação de fantasias de salvação em que a vítima transforma o monstro em príncipe e formação da ideia acerca da identidade do abusador de que é uma pessoa que necessita de piedade e de ser cuidado.

Jacobs sugere, também, que a necessidade da criança de aprovação, desejo de respeito e protecção contra a violação e identificação e idealização acerca do seu abusador conduz à rejeição da sua feminilidade e à identificação com o ego ideal masculino. Esta é a base para a rejeição do seu corpo feminino, especialmente na altura da puberdade, em que se iniciam as transformações corporais, levando a perturbações alimentares, comportamentos auto-agressivos e a identificações masculinas. A negação do self feminino é também reflectido na revictimização frequentemente vivenciada por estas vítimas. Isto resulta numa dicotomização do self, há uma rejeição do self feminino e o desejo de um ego masculino ideal.

Em relação à fase em que a vítima entra num processo de reclamação do seu self feminino, Jacobs conclui que a recuperação deste trauma sexual começa com um processo de reintegração em que o trauma é trazido à consciência. Apenas aqui a idealização do abusador passa a ter um sentido real da violência sexual que ele infligiu. Com a destruição do pai idealizado, a filha pode começar a reclamar e a redefinir o seu self feminino, reduzindo o impacto do agressor internalizado. A identidade da vítima pode ser reconstruída reclamando o direito ao seu corpo e à sua sexualidade. Através do desenvolvimento da ligação em que afirma o seu self feminino ela descobre o sentido do seu valor e a importância pessoal que o trauma lhe retirou. A vítima volta a acreditar em si própria e a reconhecer o seu valor.

A revictimização é a repetição, na adultícia, do abuso sexual sofrido na infância, ou a participação numa relação que restabeleça o abuso físico, sexual ou emocional sofrido na infância (Schetsky, 1990 in Kessler e Bieschke, 1999). Esta repetição é apontada como uma consequência provável do abuso sexual infantil e ocorre usualmente a um nível subconsciente, ou seja, a vítima não procura conscientemente a violência. Esta propensão das vítimas, que passaram por abuso sexual infantil, para experienciarem violações ou outro tipo de violência na fase adulta está documentada (DeYoung, 1983; Donaldson & Gardner, 1985; Fromuth, 1983, 1986; Kluft, 1990; Runtz, 1987; Russell, 1986; in Kessler e Bieschke, 1999; Messmas & Long, 1996; Roodman & Clum, 2001; in Norris et. al., 2006). Isto parece acontecer mais em mulheres que sofreram abuso sexual infantil do que em mulheres que sofreram outro tipo de abuso (Fromuth, 1983, 1986; Runtz, 1987; in Kessler e Bieschke, 1999). Além disso, a severidade do abuso sexual também parece estar relacionada com a frequência de ocorrência desta revictimização (Runtz & Briere, 1988; Russell, 1986; in Kessler e Bieschke, 1999). Foram propostas várias teorias para explicar esta revictimização mas até à data não foram realizados estudos para corroborar estas hipóteses (Finkelhor & Browne, 1985; in Kessler e Bieschke, 1999).

A vergonha foi proposta como uma emoção internalizada que pode ser experienciada como resposta tanto aos incidentes de abuso sexual infantil como à revictimização na adultícia. A vergonha é uma emoção da mágoa e dor que deixa um sentimento exposto e que dá a conhecer a vulnerabilidade e imperfeição/defeito (Wurmser, 1987; in Kessler e Bieschke, 1999). As pessoas que sofrem com uma vergonha internalizada tendem a ser socialmente isolados.

Assim como a vergonha, a dissociação também parece estar relacionada com o abuso sexual infantil e com a revictimização. A dissociação é um mecanismo de defesa que é usado de forma inconsciente pelas pessoas para se protegerem das sequelas psicológicas resultantes do trauma. Isto altera a sua estrutura cognitiva (Braun, 1988; in Kessler e Bieschke, 1999). Existem evidências que sugerem que as mulheres com uma história de abuso sexual infantil têm mais tendência para a dissociação do que mulheres sem esta história (Briere & Conte, 1993; Beriere & Runtz, 1987; Goodwin, Cheeves, & Connell, 1988; Goodwin, 1989; in Kessler e Bieschke, 1999). As defesas dissociativas interferem com as capacidades cognitivas levando a uma fragmentação do eu e da identidade e o pós-trauma torna-se mais compartimentado do que integrado. Este autor acredita que se a memória das experiências passadas aparecem separadas do esquema cognitivo, as vítimas de abuso sexual infantil podem vir a actuar com base num julgamento errado que pode, em última instância, resultar na revictimização (Kluft 1980 in Kessler e Bieschke, 1999).

Kessler e Bieschke (1999) tentaram estudar até que ponto a vergonha e a dissociação mediarão a relação entre o abuso sexual infantil e a revictimização. Através do seu estudo, chegaram à conclusão de que apesar de a vergonha parecer mediar a relação entre o abuso e a revictimização o mesmo não acontecia com a dissociação. Concluíram, também, que a severidade do abuso estava relacionada com a revictimização e que o facto de terem sido abusadas por um membro da família aumentaria a probabilidade de revictimização quando comparadas com mulheres que sofreram abusos por pessoas fora da família. Os resultados mostram uma forte relação entre a vergonha e a revictimização na adultícia visto que a vergonha medeia o impacto do abuso sexual infantil. Em outras palavras, quando o nível de vergonha é considerável nas vítimas de abuso sexual infantil, a probabilidade de revictimização diminui.

Apesar de a vergonha interiorizada ser considerada, então, um predictor da revictimização, a dissociação não o é. Estes resultados encontrados por Kessler e Bieschke (1999) foram inesperados em comparação com os estudos anteriormente referenciados por estes, que sugeriam tal relação. Estes autores pensam que o facto de não terem encontrado

relação entre a dissociação e a revictimização se possa dever à forma como esta dissociação foi avaliada.

Os vários problemas emocionais e comportamentais que advém deste abuso sexual infantil podem vir a ter efeito, mais tarde, ao nível da parentalidade (Brand, King, Olson, Ghaziuddin & Naylor, 1996; abariere & Runtz, 1993 in Weinman, Smith, Geva & Buzi, 1998). Isto porque, tal como já foi referido anteriormente, é durante a infância que as crianças adquirem noções de como se comportar na sociedade, é na relação com os pais e com quem lhes é próximo que adquirem competências para viver em sociedade. As experiências da infância influenciam até mesmo a futura escolha de parceiros. Assim, mais tarde, enquanto pais, vão reproduzir aquilo que aprenderam na infância (e.g. Alexander, 1987; Geary, 2002; in Vigil, Geary, Byrd-Craven, 2005; Ellis, et. Al., 1999 & Wu & Thompson, 2001; in Vigil, Geary, Byrd-Craven, 2005).

A parentalidade é uma das funções centrais na vida de muitos adultos e constitui um dos papéis mais exigentes e desafiantes da sua vida. A investigação tem demonstrado que as práticas parentais se baseiam em concepções sobre a criança e a educação e que estas concepções dependem de um conjunto de factores como a história cultural, da história pessoal de desenvolvimento e da educação dos pais.

Uma das características das relações pai-filho que as torna únicas é a sua assimetria. Muito embora hoje já se considere que na relação entre os dois ambos dão e recebem algo, há uma diferença muito significativa no que se refere à responsabilidade, competência e poder que ambos carregam na relação, sobretudo nos primeiros anos de vida da criança.

As funções parentais são conduzidas social e normativamente e têm como objectivo um harmonioso e integral desenvolvimento físico, intelectual, social e moral das crianças. Mas muitas vezes isto não acontece e não são promovidos nem o bem-estar nem o desenvolvimento da criança.

Num artigo de Maker & Bутtenheim (2000), os autores descrevem a repetição inconsciente de uma relação infantil abusiva de uma mãe com a sua própria filha. Exploram como os conflitos parentais dos sobreviventes se tornam mais salientes em certos estádios de desenvolvimento específicos dos filhos.

Cohen (1995) in Maker & Bутtenheim (2000), avaliou as habilidades parentais em sete dimensões para mostrar que as vítimas de abuso sexual intrafamiliar exibem menos coesão parental com os seus parceiros, sentem-se mais inadequados, negativos e incompetentes como pais, têm menos percepções apropriadas das necessidades de autonomia e dependência dos filhos e têm mais expectativas rígidas e irrealistas acerca dos filhos. Estas mães são, também,

mais rejeitantes e estabelecem uma relação menos íntima com os seus filhos. São menos empáticas, comunicam de uma forma indirecta e manipulativa, lutam mais para estabelecer limites e seguem as regras e consequências. Têm, significativamente, menos sentimentos de eficácia e de controlo do que as mães que não foram abusadas (Cole, Woogler, Power, & Smith, 1992; in Maker & Bутtenheim, 2000). Estudos posteriores mostraram, ainda, que estas mães têm menos suporte parental dos seus parceiros e são menos organizadas e menos consistentes com os seus filhos do que as outras mães (Cole et. Al, 1992, in Maker & Bутtenheim, 2000). As mães abusadas parecem ter uma grande confiança nos seus filhos para suporte emocional e têm mais vinculações intergeracionais permeáveis (Burkett, 1991; in Maker & Bутtenheim, 2000).

Os estudos nesta área mostram que o abuso sexual infantil pode debilitar as percepções, expectativas e comportamentos relacionados com a parentalidade. Uma mãe com história de abuso sexual infantil tem características ao nível da parentalidade que pode aumentar o risco de abuso sexual na geração seguinte. O abuso sexual pode deteriorar a parentalidade através das dimensões de poder, sexualidade, controlo e vergonha, que pode aumentar o risco de abuso sexual na geração seguinte.

O axioma central da teoria do trauma tem sido de que o abuso acarreta sentimentos de terror e vergonha que desafiam a compreensão e as capacidades do ego da criança. Quebrar estes afectos submergidos e estas memórias emocionalmente modificadas é um mecanismo de protecção do self. Porém, estas memórias desintegradas permanecem de uma forma fragmentada e tanto se manifestam na infância como na adultícia (Davies & Frawley, 1994; in Maker & Bутtenheim, 2000).

Os sobreviventes experienciam uma série de sintomas, nos quais aspectos do trauma são reexperienciados de várias maneiras, como por exemplo através dos pesadelos, estados de pânico, flashbacks, entre outros. Ou seja, o sobrevivente é inundado, no presente, pelos afectos como na situação traumática original. Sem fazer, necessariamente, a conexão entre o estado afectivo corrente e o evento traumático infantil. Simultaneamente, o sobrevivente experiencia sintomas como paralisias, negação e dissociação. A repetição é, também, um sintoma frequentemente citado na fase de reexperiência. O sobrevivente tem a habilidade de projectar o seu estado afectivo interno em outra pessoa para recriar aspectos do seu relacionamento objectal inicial, no presente (Buttenheim & Levendosky, 1994; in Maker & Bутtenheim, 2000).

Apesar de a victimização ser dolorosa para a sobrevivente do abuso sexual, é também algo familiar; muitas vezes, ser vítima é a identidade mais segura que a vítima tem. A

identidade do sobrevivente do abuso como vítima pode-se tornar dificultador no relacionamento com aqueles que lhe são queridos. Em particular, temas de agressão e sexualidade podem provocar memórias fragmentadas do abuso ou o sentimento da mulher de ser uma vítima. Assim, a vítima pode transpor fragmentos da relação sadomasoquista vivida com o abusador para a relação que vai estabelecer com as outras pessoas que lhe são importantes (Davies & Frawley, 1994, in Maker & Bittenheim, 2000).

No estudo de Maker & Bittenheim (2000) é referido que existem quatro aspectos da relação, entre mãe e criança, com um potencial risco de transmissão transgeracional do abuso: projecção da identidade do abusador na criança e identificação materna como vítima; a identificação da mãe com o agressor sádico e com a própria mãe como negligente; hesitação entre o sentimento da mãe de não ser suficientemente poderosa e a fantasia de ser todopoderosa; interiorização de sentimentos de culpa, vergonha e raiva durante a fusão inconsciente entre o passado e o presente.

Mães expostas a abusos físicos e sexuais na infância são frequentemente descritas na literatura como perpetuadoras de um ciclo de violência intergeracional, tanto através do mau-trato aos seus próprios filhos, como tornando-se elas próprias as vítimas, aumentando, assim, o risco dos seus filhos se tornarem em futuros perpetradores. Uma história de abuso não é determinante, mas parece ser um indício para que haja um futuro mau-trato infantil (Moehler, Biringen, & Poustka, 2007).

Nestas mulheres vítimas de abuso sexual infantil surge uma distorção projectiva em relação aos seus descendentes assim como uma comunicação intrafamiliar deficitária (Famularo et. Al., 1992; Ratzke & Cieпка, 1991; in Moehler, Biringen, & Poustka, 2007).

As mães abusadas raramente identificam os sinais emocionais dos seus filhos correctamente (Kropp & Haynes, 1987, in Moehler, Biringen, & Poustka, 2007) e as suas respostas empáticas e reacções emocionais parecem ser poucas (Milner, Hlasey, & Fultz, 1985, in Moehler, Biringen, & Poustka, 2007).

Concluiu-se, ainda, que a maior parte das capacidades parentais permanecem intactas apesar da história de abuso sexual infantil. Porém, concluíram que estas mães são significativamente mais intrusivas na sua relação com o bebé do que as mães que não passaram por esta experiência traumática. Contudo, o abuso não aparece como determinante (Gabarino, 1993; in Moehler, Biringen, & Poustka, 2007).

Assim, identificar as consequências deste abuso é de suma importância já que afecta, não só, as mulheres abusadas na infância, mas também, os seus filhos. Mães abusadas tendem a

adoptar formas demasiado punitivas para educar os seus filhos (Weinman, Smith, Geva & Buzi, 1998).

## FORMULAÇÃO DO PROBLEMA E SUA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ideia do que é e representa uma criança e de qual é o papel parental na educação foi-se alterando ao longo do tempo. Isto levou, por um lado, a um interesse crescente pelas condições que favorecem o bem-estar e o desenvolvimento das crianças e, por outro, a uma busca de respostas acerca das circunstâncias que colocam as crianças em risco, de forma a que sejam, no futuro, adultos saudáveis e adaptados à sociedade. Enfatizou-se o papel do Estado na protecção destas crianças para além da criação e implementação de programas de prevenção e intervenção, de forma a atingir esse objectivo. Mas é só a partir da segunda metade do séc. XX que se dirige a atenção para a violência na família, que se dá o reconhecimento do mau trato e negligência, para com as crianças, como um problema social, e que se inicia a análise e estudo deste fenómeno (Calheiros, 2006).

É difícil definir o que é uma sexualidade normal, mas é seguro dizer, de forma simplista, que ocorre quando não se provocam danos a outras pessoas. As parafilias são perturbações da sexualidade nas quais a satisfação sexual decorre do uso de objectos ou práticas sexuais não usuais, como obter prazer com objectos, com sofrimento e/ou humilhação de si próprio e do outro e com o abuso sexual de crianças ou pessoas inadequadas à resposta sexual. Existem muitas definições de abuso sexual, já que existem várias considerações do que é ou não um comportamento ou situação abusivos e da diferença de idades para que se considere abuso (Amazarray & Koller; Freitas 2001). Porém, um ponto de vista que considero mais correcto é o que inclui dentro desta violência todos os contactos ou interações sexuais (desde a evocação sexual, onde se inclui o exibicionismo e as chamadas telefónicas, à estimulação sexual, através da masturbação e contacto genital incompleto, e até mesmo à realização sexual, com a penetração vaginal, anal ou oral) que são impostas a uma criança ou adolescente, por um indivíduo em estado de desenvolvimento psicosexual mais avançado. Esta imposição pode ser feita através da violência física, ameaças ou indução da sua vontade (Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005; Marcelli, 2005).

O caso particular da violência sexual intrafamiliar detém grande destaque, já que é a que ocorre com mais frequência e a que tem maior impacto cognitivo-comportamental na criança. Dentro destes abusadores incluem-se todos os que desempenham o papel de cuidadores da criança, mesmo que não tenham com esta laços consanguíneos. O agressor serve-se da relação de confiança que tem com a criança, submetendo-a a violações gradualmente mais frequentes



e abusivas, atribuindo-lhe a culpa, manipulando-a e exigindo-lhe o silêncio (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Quando uma criança é abusada sexualmente podem desenvolver-se dois síndromes: o “Síndrome do Segredo” que consiste na incapacidade da criança de revelar a violação e o “Síndrome da Adição” em que o abusador usa a criança para obter excitação sexual e alívio da tensão, gerando uma dependência psicológica e uma negação dessa dependência (Furniss, in Habigzang et al, 2005). Porém, e quando surge o “Síndrome do Segredo”, há muitos comportamentos que as crianças adoptam após as violações que podem ser tomados como um indício: problemas com o sono e com o apetite, isolamento, pensamento de que o corpo está sujo e de que algo de mal se passa com os seus genitais, negação em ir à escola, agressividade excessiva e o terror de certas pessoas e sítios.

As famílias incestuosas apresentam uma estrutura familiar com relações assimétricas e hierárquicas (Koller, in Habigzang et al, 2005). Regra geral, o primeiro contacto é feito com a filha mais velha e a duração das violações é superior às outras devido ao isolamento social característico das famílias. (Cole & Putnam, 1992; Freitas, 2001). Marcelli (2005), definiu alguns factores de risco para o abuso sexual infantil: o desemprego e dificuldades económicas, as famílias reconstruídas, a mãe passiva e/ou ausente, o abuso de álcool ou drogas e a presença de outras formas de violência. Porém, não se deve estabelecer uma relação de causa-efeito entre estes factores e a violação infantil. Segundo este autor, vários estudos demonstraram que a maioria dos abusos sexuais ocorrem dentro da família, entre os 5 e os 12 anos de idade da criança (Marcelli, 2005), maioritariamente em meninas e a mãe é a pessoa mais procurada para a solicitação de ajuda. A reacção da mãe perante a revelação da filha depende de diferentes factores, como a sua personalidade e história de vida e influencia de forma directa as consequências da experiência na criança. As crianças que não são apoiadas pelas mães acabam por revelar perturbações consideravelmente mais sérias do que as que são ouvidas, apoiadas e ajudadas pela mãe (Howard, 1993). Estes estudos e o conhecimento acerca dos factores de risco do abuso infantil em geral, permitem criar estratégias para combater este problema tanto a nível da prevenção como da terapia. Uma possível intervenção social, no caso do abuso sexual intrafamiliar, consiste em retirar de casa a criança, o que muitas vezes é interpretado por ela como uma punição por aquilo que lhe aconteceu (Herman, 1981).

Tendo em conta que é durante o desenvolvimento da criança, que as experiências sociais vividas por esta, essencialmente com a família e com os grupos de pares, vão influenciar as suas futuras capacidades educacionais e parentais (Ellis, et. al., 1999 & Wu & Thompson,

2001; in Vigil, Geary, Byrd-Craven, 2005) e que é durante essa fase que se vão definindo as características futuras acerca das habilidades parentais, do controlo de recursos e da escolha de parceiros na vida adulta (e.g. Alexander, 1987; Geary, 2002; in Vigil, Geary, Byrd-Craven, 2005), as consequências do abuso infantil ao nível da relação das mulheres abusadas com os seus filhos parece ganhar especial relevo.

O impacto do abuso sexual nas crianças depende de vários factores: das suas experiências prévias com os prestadores de cuidados, da sua saúde emocional prévia (se for positiva os efeitos tendem a ser menos negativos), do tipo de abuso que sofrem (certos tipos de abuso são mais perturbadores e intrusivos que outros), da duração e frequência dos abusos, das reacções dos outros aquando da descoberta das violações, da dissolução ou não da família e dos apoios dados à criança. Estas vivências de abuso sexual são, também, vivências de abuso físico e emocional que podem levar ao desenvolvimento de psicopatologias como depressões, transtornos alimentares, de ansiedade, de personalidade Borderline, de Stress Pós-traumático, à prostituição, a relações desarmónicas com os outros, à revictimização e a própria vítima pode transformar-se num adulto abusador (Hirata, 2003). São, também, de suma importância as possíveis consequências físicas como a gravidez, as doenças sexualmente transmissíveis e o trauma físico (Amazarray & Koller, s.d; Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005).

Segundo Maker & Buttenheim (2000), as investigações que têm sido realizadas no âmbito do abuso sexual tem sido sobre as consequências e possíveis intervenções com os sobreviventes deste abuso, mas negligenciam o impacto do abuso sexual na parentalidade. Assim, penso ser pertinente o estudo, para além dos factores de risco para o abuso infantil, dos sintomas que sugiram que tenha ocorrido esse abuso e das consequências a curto prazo, o estudo das consequências a longo prazo para a criança, focando neste último ponto, com especial atenção, as consequências ao nível da parentalidade (ou seja, ao nível da relação entre a mãe, abusada na infância, e os seus filhos).

Desta forma, e após a análise dos vários estudos acerca da violação infantil, pareceu-me interessante desenvolver um trabalho acerca dos efeitos a longo-prazo deste tipo de abuso, ao nível da parentalidade, com mulheres que já tenham filhos.

## MÉTODO

### Participantes

Os participantes deste estudo são quatro mulheres que foram vítimas de abuso sexual durante a infância e que hoje em dia são mães.

A primeira entrevista realizada foi a uma mulher denominada Lurdes. Lurdes, de 32 anos de idade, está divorciada e tem três filhos, dois do ex-marido, um com 5 e outro com 12 anos, e uma menina, com um ano, de um ex-namorado. Teve o seu primeiro filho com 19 anos. Actualmente, tem outro namorado que, segundo Lurdes, “tem problemas de personalidade, toma medicação... e teve problemas com a GNR” mas que, e ainda segundo a mesma, sempre a acompanhou e ajudou.

A segunda entrevista realizada foi com a D. Teresa de 40 anos de idade. Teresa também está divorciada e tem dois filhos, um de 16 anos e uma menina de 22 anos de idade. Teve o seu primeiro filho com 18 anos.

A D. Clara, de 44 anos de idade, foi a terceira entrevistada. Tal como as outras participantes, também está divorciada, apesar de, no momento da entrevista, estar de novo a viver com o ex-marido. Tem cinco filhos, o mais velho com 25 anos, outro com 24, 22, 20 e o mais novo com 17. Foi mãe aos 19 e com 26 anos já tinha os 5 filhos.

A última entrevista foi com a D. Ana. Esta entrevista foi realizada pelo seu Psicólogo que, mediante a autorização da mesma, forneceu os dados necessários para a realização deste estudo. Ana tem 44 anos de idade e é viúva. Tem, actualmente um namorado com quem vive, juntamente com a sua filha de 16 anos. Teve a filha com 28 anos e o marido faleceu quando a menina tinha um ano, ou seja, há quinze anos atrás.

### Procedimento

Para que a recolha da amostra necessária à realização deste estudo fosse possível, entrou-se em contacto com algumas associações de apoio à vítima nas quais foi entregue um “Termo de consentimento informado” e um “Pedido de autorização à Instituição”. Após a autorização de uma das associações para que se realizassem as entrevistas, procedeu-se à marcação das mesmas com quatro mulheres abusadas sexualmente na infância. Desta forma, durante a realização das entrevistas, foram esclarecidos os objectivos da entrevista e foram dadas todas

as informações necessárias e pedidas acerca do destino da informação recolhida. Foi explicado às entrevistadas que não seriam obrigadas a falar de nada que não quisessem, apenas falariam daquilo que se sentissem capazes, e de que não seriam prejudicadas de forma alguma se não quisessem colaborar. Foi pedida, ainda, permissão para gravar a entrevista para que a recolha e análise da informação fosse mais correcta e fidedigna.

O instrumento de recolha de dados utilizado foi a entrevista de investigação não estruturada, tendo sido uma hora o tempo médio das entrevistas. Foram atribuídos nomes fictícios às participantes no sentido de manter a confidencialidade inerente a este tipo de estudo.

No final de cada entrevista procedeu-se à transcrição da mesma e à escrita das respectivas notas.

### Análise dos Dados

O presente estudo tem um carácter exploratório de descoberta. Neste contexto, procurou-se construir uma teoria acerca do comportamento parental de mães que foram sexualmente abusadas na infância. Para isso, utilizou-se o “Grounded Theory”, que é um método que faz parte das abordagens qualitativas de investigação e que tem como objectivo construir um modelo explicativo ou teoria acerca da problemática em causa. É uma teoria que se debruça sobre interacções sociais e dá conta delas de uma forma dinâmica. Esta teoria permite perceber porque é que há progresso nos acontecimentos ou o que é que permite uma continuidade de uma linha de interacção em face da mudança de condições. Assim, a metodologia qualitativa aplicada, permitiu a compreensão das experiências e vivências destas mães.

Recolhida a informação, as entrevistas foram transcritas e, de seguida, analisadas através do método “Grounded Theory”. Este processo de análise iniciou-se com uma leitura exaustiva das entrevistas passando-se, depois, à codificação de frases ou expressões (incidentes) pertencentes às mesmas, ou seja, era dado um nome ao fenómeno encontrado nas entrevistas. Desta forma, surgiram as diversas categorias que foram sendo anotadas nas margens das entrevistas frente aos incidentes correspondentes.

O método de comparação constante dos vários incidentes aplicáveis a uma mesma categoria, permitiu detectar e perceber as suas propriedades, e, assim, redigir os memorandos incluindo as reflexões e notas retiradas da leitura das entrevistas. Nestes memorandos, para

além de estarem relacionados os vários incidentes pertencentes a uma categoria, tentou-se relacionar as categorias entre si.

Por se verificar existir uma determinada relação entre elas, a partir dos memorandos escritos, foi surgindo um modelo explicativo que foi sistematicamente confrontado com os dados analisados.

## RESULTADOS

O abuso sexual infantil é um tipo de violência que é perpetrado sobre as crianças, maioritariamente, por aqueles que lhes são mais próximos, ainda que, muitas vezes, não mantenham com as crianças ligações consanguíneas. Isto ocorre porque os adultos próximos destas têm mais facilidade em estar sozinhos com elas, têm a vantagem de as crianças confiarem neles e amá-los. Tudo isto são facilitadores do abuso que levam a que muitas das violações sejam intrafamiliares.

Parece ser um traço comum na vida de mulheres vítimas de abuso infantil, uma história de uma infância caracterizada por uma relação distante e de falta de afecto com os pais. Mães submissas e negligentes, pais severos e ausentes (entre outras combinações possíveis) formam parte da dinâmica familiar em que entrevistadas cresceram. Parecem mulheres pouco investidas narcisicamente pelos seus cuidadores, que não puderam fornecer uma presença calorosa, suficientemente estruturante de um bom objecto interno, o que explica a sua dependência afectiva.

Esta relação de afastamento e pouca confiança estabelecia com os pais é, também, um facilitador do abuso, não só no sentido em que os pais podem não se aperceber de pequenas mudanças comportamentais da criança, indicativas de que algo está mal, mas, também, no sentido em que as crianças abusadas ou não conseguem ganhar coragem de contar àqueles que lhe são próximos o que está a acontecer ou então são desacreditadas e silenciadas por estes. Esta falta de coragem é motivada pelo medo da reacção dos pais ao saber do abuso. Isso pode advir de uma atitude de instabilidade de reacções dos pais para com a criança. Esta acaba por fazer uma generalização e aplicar à situação o modelo de relação que tem com estes. Teme a sua reacção, ou porque não consegue prevêê-la, ou porque sabe que não será a desejada e adequada à situação. Mágoa, culpabilização e abandono são os sentimentos que levam a criança a manter o silêncio, e que muitas vezes não chega a ser quebrado.

Porém, quando esta revelação acontece, parece ter tendência para ser dirigida à mãe, ou prestadora de cuidados que cumpre tal função. Por sua vez, parece ser uma constante o silenciar da criança por parte desta mãe emocionalmente afastada. Esta atitude pode ter várias origens e motivações sendo que se realçam a necessidade de proteger física ou moralmente o agressor, e a vergonha do que as outras pessoas poderão pensar de si como mãe, ao saberem do sucedido. Desta forma, tal como está acima descrito, quer a criança encubra o sucedido, quer tome a iniciativa de o revelar, surge o silenciar da criança como resposta ao abuso,

motivado, ou pelo medo da reacção da mãe ao saber da violação, ou por imposição da própria mãe no sentido de proteger o agressor.

Consequentemente, e embora haja uma raiva e culpabilização do agressor explícitas, a mãe surge como a pessoa que mais culpam por ser, também, aquela que pensavam que estaria sempre presente para apoiá-las. Em vez disso, estas mães adquirem um papel de submissão e passividade face ao agressor, optando por silenciar e, assim, trair a criança. O pedido de ajuda destas crianças, não só é, desta forma, frustrado, como, também, lhes traz sentimentos de abandono e traição por parte daquela pessoa com quem pensavam que poderiam sempre contar. A criança constrói a ideia de que os pais não respondem às suas necessidades e não a deixam segura, e o abuso só vem reforçar a ideia de que os outros não são confiáveis. Assim, e cada vez mais com a certeza de que não pode falar disso com ninguém, escolhe o caminho do silêncio como solução. Desta forma, o abusador e a mãe que impõe o silêncio à criança aparecem como as duas pessoas fundamentais que silenciam a criança e daí, as duas mais **culpabilizadas** por estas. A revelação frustrada da criança e o sentimento de impotência e abandono fazem com que pense que só pode contar consigo mesma e que tome atitudes preventivas para tentar evitar a repetição do abuso. Estes comportamentos preventivos adquirem as mais variadas formas, obtendo, por vezes, algum sucesso. Porém, e como resultado deste sentimento de abandono, traição e impotência, a criança acaba por se afastar dos pais e da relação empobrecida que estabelece com eles, através de comportamentos de fuga que podem adquirir uma forma física ou, apenas, emocional.

Este processo de solicitação da ajuda da mãe, negado e suprimido por esta, parece ter tido repercussões no futuro destas mulheres, e ter sido determinante para a relação de parentalidade assumida por elas em relação aos seus próprios filhos. Estas mães casaram e foram mães pela primeira vez no início da idade adulta, sendo este momento sempre caracterizado por grande felicidade e união do casal. Este comportamento é descrito como uma forma de fuga aos problemas e relações desarmónicas e pobres de afecto vividas em casa e, assim, uma tentativa de encontrar no casamento, o afecto, o apoio, suporte e a companhia inexistentes durante a infância. Porém, e tendo em conta que é durante a infância e o desenvolvimento da criança, na presença dos seus prestadores de cuidados, que se vão definindo as características acerca das habilidades parentais, formas de viver em sociedade e até a escolha de parceiros na vida adulta, estas crianças, vítimas de abuso sexual e abandono afectivo, têm tendência a escolher parceiros autoritários e controladores, mas que lhe dão a segurança e protecção de que sentiram necessidade.

Percebe-se, a partir da análise das entrevistas, que estas crianças, no futuro, e já depois de mães, ainda têm esta experiência traumática muito presente. É uma experiência que as acompanha e influencia as suas vidas, apesar de por vezes isto ser negado por elas. Essa negação surge como uma defesa, por um lado porque se fizerem os outros acreditar nisso estão mais protegidas no sentido em que não demonstram as suas fraquezas e, por outro lado, se os outros acreditarem nisso é-lhes mais fácil acreditar também. A dificuldade em lidar com o abuso sofrido é manifesta no embaraço, vergonha e falta de vontade revelados por algumas das participantes em falar sobre isso, nas atitudes preventivas destas mães para que os filhos não passem por este sofrimento e, também, no facto de certos momentos e acontecimentos da vida lhes trazerem as angústias e medos vividos na infância.

Todas as características das relações de parentalidade destas mulheres parecem ir de encontro a uma relação aberta, de suporte e de amizade com os filhos, em busca daquilo que não encontraram nas suas infâncias. Há uma procura e tentativa constantes de se tornarem em mães diferentes das suas próprias mães, presentes e securizantes, em vez de ausentes e submissas. Parece ser uma relação que vai para além das funções de mãe, adquirindo características das relações de amizade e de fraternidade.

Estas mulheres parecem criar uma relação de dependência, essencialmente, com os seus filhos, talvez não só com o intuito de os proteger mas, também, com o intuito de se protegerem a elas mesmas e evitarem a revictimização. Atitude que por vezes, não surte os efeitos desejados. Assim, a prevenção depois de adultas volta a aparecer mas, desta vez, em relação aos filhos. Surge um medo constante de que os abusos sofridos por elas se repitam com os seus filhos levando, estas mulheres, a comportamentos preventivos, uma parte das vezes, até excessivos.

Esta relação de dependência alastra-se à relação que estabelecem com o marido/companheiro. É após o nascimento do primeiro filho que começam, na maioria das vezes, os problemas conjugais. A este nível, na relação com os companheiros, as entrevistadas parecem ter uma vida instável, que leva a maioria das vezes ao divórcio. Parece haver uma escolha de parceiros protectores mas, ao mesmo tempo, autoritários ou que lhes trazem bastantes problemas, levando a inferir, então, que possam ser mulheres dependentes e submissas. Nesta investigação esta dependência foi o que mais se salientou, e que tomou especial relevância em relação aos filhos. Isto justificado pela presença em todas as entrevistas que realizei de, pelo menos, um dos filhos da entrevistada. Será esta relação estabelecida pela mãe com os seus filhos uma forma de os tentar proteger ou uma tentativa de manter com alguém uma relação de confiança? Será pela necessidade de ter uma relação



gratificante, quando todas as outras, por uma razão ou por outra, ao longo da vida não o foram? Ou será a necessidade de os ter sempre presentes para saberem que estão bem?

A dependência, sentimento de abandono, impotência e angústias vividos na infância e sentidos ao longo do tempo parecem fazer com que estas mulheres tenham tendência para uma **revictimização**, quer esta seja através de si, quer seja através dos filhos. Esta revictimização surge, grande parte das vezes, sob a forma de violência doméstica e abuso sexual sobre si ou sobre os seus filhos levando a uma transmissão transgeracional do abuso e do trauma inerente. E reactualiza e traz ao de cima, desta forma, as angústias e sofrimento vividos na infância através do abuso sexual a que estiveram submetidas.

O consumo de **álcool** surge intimamente ligado à violência doméstica e ao abuso sexual relatados pelas entrevistadas, é encarado como o propulsor da violência doméstica e do abuso sexual mas, também, como a forma encontrada pelos agressores e/ou desculpabilizadores dos agressores para aguentarem o peso e a angústia da verdade.

Assim, e tal como já foi referido, estas mulheres demonstram ter uma relação com os filhos que parece ir para além das funções de mãe. Parece ser uma relação de amizade, fraternidade e abertura, tal como contam que procuraram ter desde que os filhos nasceram. Referem ter havido sempre a tentativa de conseguirem estabelecer com estes uma relação em que pudessem e, essencialmente, quisessem falar de tudo com elas. Relacionam, ao longo das entrevistas, esta boa relação que procuram, com uma forma de prevenção. Pensam que se algum dia os filhos se sentirem em perigo ou necessitarem de ajuda será a para elas que irão dirigir o pedido. Esta prevenção surge motivada pela ideia que têm de que se tivessem tido outro tipo de relação com os pais, em que estes lhes prestassem ajuda e as ouvissem e compreendessem, e se o abuso tivesse ocorrido, não tinha sido tão marcante e negativo.

Este abuso sexual vivido parece ter deixado marcas nas suas vidas que, ainda hoje, se conseguem ver. A negação por parte delas de que o sucedido foi um trauma, seguido pela dificuldade em falarem sobre isso, os cuidados excessivos em relação à prevenção do abuso dos filhos e a revictimização na idade adulta são alguns dos indicadores que mostram que a experiência pela qual passaram constitui, actualmente, se não um trauma, pelo menos uma experiência negativa que tem vindo a influenciar as suas vidas.

Em suma, uma infância de distanciamento emocional e um abuso sexual silenciado parecem levar a sentimentos de culpabilização dos silenciadores e a atitudes de prevenção por parte da criança que são, a maior parte das vezes, insuficientes. Isto leva a que a criança adopte comportamentos de fuga a este estilo relacional com os pais, quer seja de uma forma física ou apenas emocional. No futuro parecem ser mulheres dependentes dos filhos e do

marido e, também, submissas a este último, com um sentimento de abandono e impotência sempre presentes. Revelam uma constante procura de uma boa relação com os filhos, na qual estes tenham um espaço para falarem de tudo aquilo que quiserem e sentirem necessidade, no sentido de os protegerem contra um eventual abuso. Por vezes, surge na vida destas mulheres uma revictimização na idade adulta, quer esta se realize através delas próprias quer através dos filhos.



## DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O tipo de relação de dependência que estas mães estabelecem com os seus filhos é um aspecto pouco documentado na literatura, mas que nesta investigação adquiriu especial relevância. Esta relação estabelecida com os filhos vai para além das funções de mãe, é uma relação de amizade, fraternidade e abertura, tal como referem ter tentado estabelecer com os filhos desde que estes nasceram. Relacionam, ao longo das entrevistas, esta relação com uma forma de prevenção, visto que afirmam que se tivessem tido este tipo de relação com os seus pais e o abuso tivesse ocorrido, não tinha sido tão marcante e negativo.

Partindo do pressuposto que é durante a infância que as crianças adquirem noções de como se comportar na sociedade, das relações de parentalidade, de que é na relação com os pais e com quem lhes é próximo que adquirem competências e de que as experiências pelas quais passam na infância influenciam até mesmo a futura escolha de parceiros, podemos relacionar o abuso sofrido na infância por estas mulheres com as suas actuais características, nomeadamente no campo da parentalidade. Assim, e mais tarde, enquanto pais, tal como está documentado, vão reproduzir aquilo que aprenderam na infância (e.g. Alexander, 1987; Geary, 2002; in Vigil, Geary, Byrd-Craven, 2005; Ellis, et. Al., 1999 & Wu & Thompson, 2001; in Vigil, Geary, Byrd-Craven, 2005). No caso das entrevistadas parece que o aprendido na infância e o sentimento de que não queriam que os filhos passassem pelo mesmo, fez com que estas mulheres tentassem estabelecer relações com os filhos totalmente diferentes daquelas que tinham com os seus próprios pais, em vez de reproduzirem aquilo que os pais lhes tinham feito e ensinado. É possível que esta atitude possa estar relacionada com a prevenção do abuso e protecção dos filhos mas está, também, relacionada com a sua própria protecção. Pois a dor do abuso de um filho traria ao presente todas as suas angústias do passado. Seria o reviver de sentimentos e lembranças penosos e a revictimização da mãe, através dos seus filhos.

Em relação ao abuso sofrido, o discurso das entrevistadas revela uma grande culpabilização não só do agressor mas, também, daquela pessoa que se negou a ouvi-las. Para além do abuso sexual, com toda a dor inerente, a pessoa com quem pensavam poder contar, aquela que supostamente estaria lá fossem quais fossem as circunstâncias, traiu-as. Isso parece ter sido ainda mais marcante do que o abuso em si, tal como está documentado (Howard, 1993; Alexander, 1992 in Schreiber & Lynddon, 1998).

Assim, a submissão, na infância, a um abuso sexual, reforçado pela negação da mãe em prestar ajuda e apoio, pode levar a um sentimento de impotência perante um outro mais forte e poderoso. Este sentimento, que se perpetua ao longo de vida, pode fazer com que, mais tarde, estas mulheres desenvolvam uma dependência em relação aos seus parceiros.

Desta forma, a relação de dependência parece estar presente não só em relação aos filhos (como foi acima referido) mas, também, em relação aos companheiros. Surge como tendência a escolha de homens que lhes dão segurança e protecção (aquilo de que sentiram falta na infância) mas que são, por outro lado, autoritários e controladores. Isto leva, muitas vezes a uma revictimização sobre si própria ou sobre aqueles que as rodeiam (os filhos). Esta repetição ocorre usualmente a um nível subconsciente, ou seja, a vítima não procura conscientemente a violência, porém acaba por se relacionar com pessoas que a victimizam ou por se pôr em situações propícias à revictimização (DeYoung, 1983; Donaldson & Gardner, 1985; Fromuth, 1983, 1986; Kluft, 1990; Runtz, 1987; Russell, 1986; in Kessler e Bieschke, 1999; Messmas & Long, 1996; Roodman & Clum, 2001; in Norris et. al., 2006).

Esta escolha dos companheiros adicionada do facto de, em todas as entrevistas realizadas, pelo menos um dos filhos da entrevistada estar presente, demonstra bem as relações de dependência que caracterizam a vida destas mulheres. A presença dos filhos durante as entrevistas pode ser pensada como uma necessidade destes em “proteger” ou dar segurança à mãe visto que ela vai falar com um estranho acerca daquilo que mais a magoa. Porém, esta presença pode ser, também, sugerida pela mãe numa atitude de protecção em relação a eles. Enquanto estão com ela estão bem, ou seja, a sua presença física é uma atitude de prevenção, com um significado de protecção inerente a ambos.

Parece haver a procura desta relação de amizade para que se fale de tudo entre eles, para terem na figura da mãe uma pessoa de desabafo, consolo, apoio e confiança. Isto leva-me a pensar que isso seria aquilo de que sentiram necessidade quando viveram o abuso. Necessidade de alguém que as ouvisse, protegesse e de alguém que estivesse do seu lado. Esta hipótese é suportada pelo descrito por estas mulheres em relação às funções de uma mãe. Quando questionadas acerca disto dizem que as principais funções de uma mãe são proteger e estar presentes para ouvir os filhos. Com isto, mostram, de forma explícita, aquilo de que sentiram necessidade e que faltou nas suas infâncias. Assim, as mães abusadas não só parecem tentar estabelecer uma relação na qual os filhos confiem e contem com ela, como também parecem ter uma grande confiança nos seus filhos para o seu suporte emocional (Burkett, 1991; in Maker & Buttenheim (2000)).

Apesar de ao longo das quatro entrevistas realizadas terem surgido vários traços comuns, os resultados obtidos através da análise da última entrevista são significativamente distintos das outras três. Isto pode ser resultado da forma como a entrevistada integrou o abuso, visto que cada pessoa interpreta e integra as experiências de forma distinta. O facto de o agressor ser poucos anos mais velho do que ela pode-lhe ter criado dúvidas quanto ao seu grau de participação e consentimento do abuso (Sanderson, 2004/2005). A entrevistada refere que foi durante a adolescência que conseguiu integrar o que vivenciou, isto poderá estar relacionado com a experimentação sexual típica da adolescência. Pode ter experienciado algo que desejou, mas que lhe fez lembrar o passado e, talvez, que a fez pôr em dúvida o seu grau de consentimento do abuso. Desta forma, as consequências deste abuso poderão estar influenciadas pela ideia de que, de alguma forma, o abuso poderá ter tido algum consentimento e desejo de experimentação da sua parte.

Ao contrário das outras entrevistadas a maternidade e casamento não ocorreram no início da idade adulta, a relação com os pares parecem ser harmoniosas e estáveis e não ocorre revictimização na sua história. Talvez isto aconteça por não sentir que, na sua infância, foi submetida ao poder do outro. Até porque, as medidas preventivas que tomou na altura, de evitar estar sozinha em casa, surtiram o seu efeito e os abusos cessaram. Este final dos abusos pode ter estado, também, relacionado com o passar do tempo e o amadurecimento do agressor o que possa ter feito com que ele pensasse que o que estava a fazer não era correcto, ou talvez tenha encontrado nessa altura uma parceira. Assim, e talvez devido ao facto de o seu sentimento de impotência não estar tão demarcado como nas outras entrevistas, a entrevistada conseguiu, segundo diz, criar relações estáveis, de confiança e de apoio com os seus parceiros.

Apesar destas diferenças, mantêm-se as características essenciais encontradas nas outras entrevistas: a relação distante com os pais, as atitudes preventivas na infância, o silenciar da criança (embora não directamente pela mãe, porque não chegou a haver revelação, mas consequente da relação estabelecida com ela), a fuga (através do casamento) à relação empobrecida estabelecida com os pais e a relação de abertura, amizade e fraternidade com os filhos.

Desta forma, e a partir das várias entrevistas realizadas, percebe-se que os vários problemas emocionais e comportamentais que advém do abuso sexual infantil podem vir a ter efeito, mais tarde, ao nível da parentalidade, tal como já está documentado (Brand, King, Olson, Ghaziuddin & Naylor, 1996; Abariere & Runtz, 1993 in Weinman, Smith, Geva & Buzi, 1998).

Em estudos futuros, e visto que a amostra deste estudo se situa na faixa etária dos 32 aos 44 anos, seria útil tentar perceber de que forma, a diferença de idades das mães, abusadas na infância, no momento da entrevista e a idade das mães no momento do abuso influenciam a forma de estas verem e viverem o abuso sofrido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (s.d.). *Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual*. Consultado em 15 de Novembro de 2006 através de <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/hemeroteca/prc/vol11n3/14.pdf>

Calheiros, M. M. A. (2006). *A construção social do mau-trato e negligência parental: do senso comum ao conhecimento científico*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian

Cole, P. M., & Putnam, F. W. (1992) Effect of Incest on Self and Social Functioning: A Developmental Psychopathology Perspective. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, vol 60 (2), 174-184. Consultado em 15 de Novembro de 2006 através de <http://web.ebscohost.com/ehost/pdf?vid=31&hid=5&sid=7dd63bae-1a36-40ac-8ddd-021e5e36f352%40sessionmgr3>

Freitas, Gustavo (2001). *Compreensão do incesto a partir da sua proibição*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). *Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos*. Consultado em 15 de Novembro de 2006 através de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v21n3/a11v21n3.pdf>

Herman, J. (1981). Father-Daughter Incest. *Professional Psychology*, Vol. 12(1), February, 76-80. Consultado em 15 de Novembro de 2006 .

Hirata, P. Q. (2003). Os efeitos psicossociais causados em vítimas de abuso sexual. Consultado em 15 de Novembro de 2006 através de <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/TL0014.PDF>

Howard, C. A. (1993). Factors Influencing a Mother's Response to Her Child's Disclosure of Incest. *Professional Psychology: Research and Practice*, vol24(2), 176-181. Consultado em 15 de Novembro de 2006 através de



<http://webscohost.com/ehost/pdf?vid=27&hid=5&sid=7dd63bae-1a36-40ac-8ddd021e5e36f352%40sessionmgr3>

Kessler, B. L., & Bieschke, K. J. (1999). A retrospective of shame, dissociation, and adult revictimization in survivors of childhood sexual abuse. *Journal of Counseling Psychology*, 46 (3), 335-341. Consultado em 10 de Dezembro de 2007 através da EBSCOHost Academic Search Elite database

Maker, A. H., & Bittenheim, M. (2000). Parenting difficulties in sexual-abuse survivors: a theoretical framework with dual psychodynamics and cognitive-behavioral strategies for intervention. *Psychotherapy*, 37 (2). Consultado em 10 de Dezembro de 2007 através da EBSCOHost Academic Search Elite database

Marcelli, D. (2005) *Infância e Adolescência*. Pp. 576-583 Lisboa: Climepsi Editores (Original publicado em 1982).

Matos, A. C. (2002). *O desespero*. (pp. 257-260) Lisboa: Climepsi Editores

Mohler, E., Biringen, Z., & Poutska, L. (2007). Emotional Availability in a sample of mothers with a history of abuse. *American Journal of Orthopsychiatry*. 77 (4), 624-628. Consultado em 10 de Dezembro de 2007 através da EBSCOHost Academic Search Elite database

Norris, J., George, W. H., Stoner, S. A., Masters, N. T., Zawacki, T., & Davies, K. C. (2006). Women's responses to sexual aggression: the effect of childhood trauma, alcohol, and prior relationship. *Experimental and Clinical Psychopharmacology*. 14 (3), 402-411. Consultado em 10 de Dezembro de 2007 através da EBSCOHost Academic Search Elite database

Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão actual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81, 194-204. Consultado em 15 de Novembro de 2006 através de <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0021-75572005000700010&lng=en&nrm=isso>

Pires, A. (2001). Introdução à Grounded Theory. In A. Pires (Ed.), *Crianças (e pais) em risco*. Lisboa: ISPA

Putnam, F. W., & Trickett, P. K. (1993). Child sexual abuse: a model of chronic trauma. *Psychiatric*, 56 (1), 82-85. Consultado em 10 de Dezembro de 2007 através da EBSCOHost Academic Search Elite database

Sanderson, C. (2005). *Abuso Sexual em crianças: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: M. Books Brasil Editora Ltda. (Obra original publicada em 2004)

Schreiber, R., & Lyddon, W. J. (1998). Parental bonding and current psychological functioning among childhood sexual abuse survivors. *Journal of Counseling Psychology*, Vol. 45 (3), 358-362. Consultado em 10 de Dezembro de 2007 através da EBSCOHost Academic Search Elite database

Vigil, J. M., Geary D. C., Byrd-Craven, J. (2005). A life of assessment of early childhood sexual abuse in women. *Developmental Psychology*, 41 (3), 553-561. Consultado em 10 de Dezembro de 2007 através da EBSCOHost Academic Search Elite database

Weinman, M. L., Smith, P. B., Geva, J., & Buzi, R. S. (1998, August). Pregnant and postpartum adolescents' perceptions of the consequences of child abuse. *Child and Adolescent Social Work Journal*. 15 (4). Consultado em 10 de Dezembro de 2007 através da EBSCOHost Academic Search Elite database

## **ANEXOS**

## Anexo A

## METODOLOGIA

### *“Grounded Theory”*

Método que tem como objectivo construir um modelo explicativo ou teoria acerca da problemática em causa.

A *Grounded Theory* foi desenvolvida por Bernard Glaser e Anselm Strauss que, segundo Strauss (Strauss & Corbin, 1990, in Pires, 2001), “foram influenciados por escritos pragmáticos e interaccionistas com as suas ideias (a) de que é preciso sair para o terreno se se pretende saber o que se passa, (b) a importância das teorias serem enraizadas na realidade para poderem fazer avançar a ciência, (c) a crença no papel activo das pessoas como modeladoras do meio em que vivem, (d) o ênfase na mudança, nos processos e na variabilidade e complexidade da vida, (e) a interligação entre condições, significados e acções” (p.42).

Glaser (1998, Pires 2001) diz que a *Grounded Theory* faz parte das abordagens qualitativas de investigação, porém é uma metodologia qualitativa com características que a diferenciam de outras como o papel que têm na descrição e interpretação dos dados, pois alguns investigadores acreditam que “o desenvolvimento de interpretações baseadas nos dados são a forma mais poderosa de dar luz à realidade porque esta é sempre uma interpretação” (Pires, 2001, p.44). Há que referir que a metodologia qualitativa é um género de investigação em que os resultados não são estatísticos.

Existem dois contextos, o de verificação em que a hipótese é deduzida a partir de afirmações gerais e depois define-se a metodologia e amostra estatística que vai ser utilizada para testar a teoria; e o da descoberta em que não há hipóteses definidas, só uma área de investigação e uma questão geral que ajuda na decisão dos sujeitos a serem estudados. Daí que a nova teoria surja através da análise dos dados implicando um processo de investigação.

O objectivo de uma teoria é possibilitar a explicação do comportamento e o seu controlo, orientando a investigação e possibilitando aos profissionais pô-las em prática. Para que isso aconteça a teoria tem que conseguir explicar os acontecimentos, o que aconteceu, o comportamento, dizer o que vai acontecer e interpretar o que está a acontecer. Porém, é necessário que a teoria respeite alguns requisitos como o ajustamento, em que existe relação entre os conceitos e o que é observado, a relevância,

que permite que as principais categorias e processos emerjam. Mas todos estes requisitos, entre outros, dependem da forma como a teoria é desenvolvida. Na *Grounded Theory* o ajustamento, a relevância e a transcendência são critérios muito importantes, porque uma teoria “*grounded*” foca-se nas interações sociais e na forma dinâmica das mesmas. É construída com base em interpretações de dados recolhidos de uma amostra em que os participantes se encontravam nas mesmas condições ou em condições distintas. Isto, é, é construída tendo por base a amostragem teórica, em que o investigador simultaneamente recolhe, codifica e analisa os dados e vê quais os próximos dados a recolher e onde, pois este processo é controlado pela teoria emergente (Glaser & Strauss, 1967, in Pires, 2001). Portanto se a amostragem for incorrecta a teoria é não encorpada, mal integrada e com vários aspectos por explicar.

Todo este processo de *Grounded Theory* é desenvolvido à volta de uma categoria central que deve estar relacionada com outras categorias e propriedades, deve aparecer com frequência nos dados, deve ser de difícil saturação e de fácil relação com outras categorias, e que tenha implicações imediatas e que faça o investigador prosseguir o processo. Porém, esta categoria é facilmente variável o que faz com seja uma dimensão do problema prevenindo o surgimento de outras categorias centrais não baseadas nos dados.

Contudo, a análise começa com a codificação de cada incidente existente nos dados, um a um. Sendo a primeira regra comparar cada incidente de uma categoria com incidentes da mesma categoria, que tenham sido anteriormente codificados no mesmo grupo ou em grupos diferentes, antes de codificar outro incidente. Esta comparação constante dos incidentes leva o investigador a pensar nas dimensões, nas condições e consequências da categoria.

Só depois de três ou quatro codificações de uma categoria é que se passa para a segunda regra que consiste em parar a codificação e escrever um memorando, isto é, estabelecer relações entre elementos, teorizações sobre as codificações feitas.

Durante este processo de codificação o investigador deve ter sempre presente a questão de “qual é a principal preocupação ou problema dos participantes?”, porque a principal preocupação conduz o investigador à categoria principal, processo social básico utilizado para lidar com essa preocupação. Após todos este processo a última etapa é a junção de todos os memorandos correspondentes a uma mesma categoria, analisá-los, sintetizar e usá-los como ilustração para escrever a teoria.

## Anexo B

*Lista de Categorias*

**1 Nota:** categoria, entrevista e página

1. **Abandono** – 1,6; 1,7; 1,7; 1,8; 1,8; 1,10; 1,11; 1,13; 2,2; 4,2;
2. **Abuso sexual infantil** – 1,1; 1,2; 1,3; 1,5; 1,6; 1,8; 1,9; 1,9; 1,11;  
1,11; 1,14; 2,1; 3,2; 3,2; 3,4; 4,1;
3. **Agressão física** – 1,4; 1,8; 1,8; 3,1; 3,3; 3,3;
4. **Anulação retro-ativa** – 1,7; 1,10;
5. **Auto-culpabilização** – 1,2; 1,4;
6. **Boa relação com os filhos** – 2,2; 3,2; 3,3; 3,4; 4,2;
7. **Comportamentos de compensação** – 1,13;
8. **Consumo de álcool** – 1,7; 3,3; 3,3;
9. **Culpabilização da mãe** – 1,1; 1,2; 1,2; 1,4; 1,6; 1,7; 1,8; 1,9; 1,10;  
1,11; 2,1; 2,2;
10. **Desacreditação** – 2,1; 3,2; 3,2;
11. **Esperança** – 1,8; 1,8; 1,14; 3,4;
12. **Evitar conflitos** – 1,4;
13. **Fazer diferente da mãe** – 1,3; 1,4; 1,5; 1,5; 1,6; 1,8; 1,9; 1, 10; 1,12;  
1,12; 1,12; 1,14; 2,2;
14. **Fuga** – 1,1; 1,2; 1,2; 2,1; 3,1; 4,2; 4,2;
15. **Função parental** – 1,10; 1,10; 2,2;
16. **Generalização** – 1,4; 1,6; 1,8; 1,11; 1,11; 1,13; 1,13;
17. **Identificação ao agressor** – 1,2; 1,9; 3,5;
18. **Impotência** – 1,6;
19. **Infância carente** – 1,4; 1,13; 3,1; 4,1;
20. **Inocência** – 2,1; 3,4;
21. **Insegurança** – 2,1;
22. **Maternidade no início da idade adulta** – 1,1; 2,1; 3,1;
23. **Medo** – 1,7; 1,10; 2,1; 2,2; 3,2; 3,4; 4,1; 4,2;
24. **Modificação** – 1,4; 1,10; 1,12; 1,12; 1,12; 2,2; 3,1; 3,1; 3,5;
25. **Nascimento como momento feliz** – 1,1; 2,1; 3,3; 4,1;



26. **Pedido de ajuda** – 1,3; 1,3; 1,4; 1,5; 1,7; 1,7; 1,8; 1,8; 1,10; 1,12; 2,1;  
3,1; 3,2; 4,1; 4,2;
27. **Pobreza** – 3,1; 3,4; 3,4;
28. **Prevenção** – 1,3; 1,5; 1,8; 1,9; 1,10; 1,10; 1,11; 1,11; 1,12; 1,12; 1,12;  
1,13; 1,13; 3,2; 3,3; 3,4; 3,5; 3,5; 4,1;
29. **Prevenção obsessiva** – 2,2; 2,2;
30. **Problemas conjugais** – 1,1; 1,2; 3,1; 3,1; 3,3; 3,5;
31. **Projectção** – 1,7; 1,9; 1,9; 1,11;
32. **Raiva** – 1,6; 3,4;
33. **Revelação** – 1,2; 1,3; 1,7; 2,1; 3,2; 4,1;
34. **Revictimização** – 1,2; 1,4; 1,5; 1,6; 1,8; 1,8; 1,11; 2,2; 3,1; 3,3
35. **Silenciar** – 1,1; 1,2; 1,4; 1,6; 1,6; 1,6; 1,7; 1,7; 1,7; 1,8; 1,8; 1,9; 1,10;  
1,11;  
1,13; 2,1; 4,1;
36. **Somatização** – 2,1;

## Anexo C

### *Memorandos*

#### 22. Maternidade no início da idade adulta

E1, p1; E2, p1; E3, p1;

Uma característica que surge nas várias entrevistas realizadas é o casamento e nascimento do primeiro filho no início da idade adulta da mulher vítima de abuso sexual na infância. Este factor é relacionado, por elas, com uma necessidade de fugir à relação e aos conflitos estabelecidos com os seus pais.

#### 25. Nascimento como momento feliz

E1, p1; E2, p1; E3, p3; E4, p1;

O momento do nascimento do filho é relatado como muito feliz, marcante e de união entre o casal em todos os casos descritos, porém, ganha especial relevo na terceira entrevista na qual é referido que “quando eles nasciam eram os melhores dias da minha vida. Eu ficava muito feliz e ele paparicava-me muito”. Este momento de alegria e equilíbrio vivido por estas mulheres aquando do nascimento dos filhos parece ter fim pouco tempo após o nascimento destes, começando a surgir os problemas conjugais.

#### 30. Problemas conjugais

E1, p1,2; E3, p1,1,3,5;

Os problemas conjugais surgem como uma constante na história das entrevistadas. Há o relato de vários relacionamentos frustrados, caracterizados por uma grande instabilidade, e, também, o relato de violência doméstica suportada e sofrida pela mulher. Em parte das vezes, as dificuldades conjugais são relacionadas pela entrevistada com um ciúme do marido em relação aos filhos. Ideia esta reforçada pelo relato de que tudo corria bem até ao nascimento do primeiro filho, “o problema foi quando começaram a nascer...é muito ciumento, e começou a ter ciúmes dos filhos. Da atenção que eu dava aos filhos... foi aí que começou a bater-me”(entrevista 3).

Noutra das entrevistas há o relato a relação com o marido que faleceu no acidente era excelente. Corresponderá isto à realidade? Ou será uma idealização ou fantasia dela pelo facto de este já ter falecido? Também pode considerar a relação excelente em comparação com a relação distante, de conflito e de pouca confiança que mantinha, e

ainda mantém, com os pais. Ou será que a relação que mantinha com o marido era mesmo excelente e daí que não se consiga conformar e ultrapassar a perda?

Será que o facto de só ter procurado ajuda passados 15 anos depois da morte do marido está relacionado com a relação actual que mantém? Terá esta nova relação da D. Ana despertado as angústias da sua relação passada? Este luto mal resolvido estaria adormecido? Talvez queira, agora, resolver as questões do passado para conseguir seguir em frente e viver a relação da actualidade em plenitude.

Apesar desta última entrevistada revelar uma vida conjugal harmoniosa, no geral, os relacionamentos que estabelecem com os maridos/companheiros são descritos como instáveis e problemáticos levando, na maioria das vezes, ao divórcio.

#### 14. Fuga

E1, p1,2,2; E2, p1; E3, p1; E4, p2,2;

Esta categoria aparece explícita em todas as entrevistas realizadas, quer esta fuga se traduza numa fuga emocional quer se traduza numa fuga física. Mas apesar de surgirem ao longo desta entrevistas várias formas de fuga, todas elas estão relacionadas ou com o abuso sexual ou com a relação estabelecida entre estas mulheres e os seus pais. A gravidez, o casamento (no início da idade adulta) e a saída de casa (ainda na adolescência, e que, neste caso, facilitou não só o cessar do abuso mas, também, o silenciar da criança) são formas relatadas por estas mulheres para fugir a uma relação vivida em casa com os pais que, ao que tudo indica, era de afastamento afectivo, de conflito e não gratificante.

Isto é descrito de forma literal durante as entrevistas através de expressões como: “queria casar para ver se recebia mais carinho” (terceira entrevista) e “casou-se porque sentia uma grande necessidade de sair de casa. Foi a forma que encontrou para fugir aos problemas que vivia em casa” (quarta entrevista).

Emerge, ainda, o relato de uma outra forma de fuga e de tentativa de se proteger de um pai abusador, quando uma das entrevistadas diz: “lembro tantas vezes de ele chegar ao meu quarto e eu virar-me ao contrário para fazer de conta que estava a dormir”. Há aqui a clara tentativa de afastar o abusador e de tentar fugir ao abuso sexual.

As fugas relatadas pelas quatro entrevistadas, independentemente da sua forma e motivo, estão relacionadas, então, com os problemas familiares, carência afectiva, conflitos interpessoais e abusos vividos por estas mulheres na infância.

### 9. Culpabilização da mãe

E1, p1,2,2,4,6,7,8,9,10,11; E2, p1,2;

A culpabilização é uma das categorias mais vincadas ao longo destas entrevistas. Parece haver um traço comum que é a culpabilização, para além do agressor, das mães que tentam silenciar as crianças que revelam o abuso, visto que apesar de não perpetrarem o abuso, permitem que este se repita. Culpam-nas por saberem do que se passa e não fazerem nada, ou por fingirem que não se apercebem, ou mesmo por não terem acreditado nelas. Isto fá-las sentirem-se abandonas, desacreditadas, impotentes e traídas. Esta angústia está bem descrita na primeira entrevista quando relata: “acho que ela ainda foi mais culpada que ele. Ele fez, mas ela sabia que ele fazia...as pessoas em quem mais confiava não só não me ajudaram como me afundaram ainda mais...na altura que comecei a tentar contar à minha mãe, falar sobre o que o meu pai me fazia, levaram-me a um Psiquiatra e comecei a tomar uns medicamentos que parecia que não me deixavam pensar. Mas essa era mesmo a intenção. Era para ver se eu fechava a boca”, assim como na segunda: “ela não quis ouvir... quem me fez isso foi um médico e... os médicos eram Deuses e era uma ofensa o que eu dizia... ela podia ter estado mais atenta na consulta seguinte ou ter entrado mesmo comigo. Mas nunca o fez”. O respeito, submissão e subordinação ao agressor e ao que os outros podem pensar e dizer parece sobrepor-se ao bem-estar das filhas.

Na última entrevista não houve revelação do abuso. Ela refere que não tinha o à vontade suficiente com os pais e que temia pela reacção deles. Mas será que ela própria não se sentia culpada pelo que aconteceu? Será que não sentia que teve um certo grau de participação pelo facto de o agressor ser poucos anos mais velho que ela? Talvez por esta razão se auto-culpabilize, em vez de atribuir a culpa a outrem.

### 35. Silenciar

E1, p1,2,4,6,6,6,7,7,8,8,9,10,11,13; E2, p1; E4, p1;

Quando a criança quebra o silêncio e toma a iniciativa de contar o abuso sofrido a alguém, normalmente é a mãe a pessoa escolhida para a revelação. Isto ocorre na maioria das vezes, sendo que no relato da terceira entrevistada quem surge como pessoa a quem é revelado o sucedido é a irmã mais velha. Porém, está presente aqui um paralelo entre a função de mãe e a função da irmã visto que a entrevistada estava a seu cargo a viver fora do país. A entrevistada foi, tal como nos outros casos, desacreditada e silenciada pela irmã, tendo revelado o abuso apenas depois de adulta a uma Psicóloga.

Estas mães que não estão disponíveis a ouvir e ajudar as filhas, põe os interesses e bem-estar do abusador acima dos das suas filhas. Preocupando-se mais, com o que os outros possam pensar ou dizer do que com o que as filhas estariam a passar. Através do relato por estas mulheres, esta atitude das mães parece ser aquilo que mais lhes custou, serem traídas por aquelas em quem mais confiavam.

Na última entrevista realizada, a criança não revelou o abuso, quebrando o silêncio apenas depois de adulta em Terapia com um Psicólogo. Neste caso, foi o abusador quem lhe impôs o silêncio sob a forma de ameaças que esta temia que se tornassem reais. Mas o facto de não ter uma relação de abertura com os pais e o medo da reacção dos mesmos perante a revelação, também favoreceu o seu silêncio. Segundo Schreiber & Lynddon (1998), se a criança construiu a ideia de que os pais não respondem às suas necessidades e não a deixam segura, o abuso só vem reforçar a ideia de que os outros não são confiáveis. Assim, e cada vez mais com a certeza de que não pode falar disso com ninguém, escolhe o caminho do silêncio como solução.

Desta forma, o abusador e a mãe que impõe o silêncio à criança aparecem como as duas pessoas fundamentais que silenciam a criança e daí, as duas mais culpabilizadas por estas.

## 2. Abuso sexual infantil

E1, p1,2,3,5,6,8,9,9,11,11,14; E2, p1; E3, p2,2,4; E4, p1;

O abuso sexual infantil faz parte da história de todas as entrevistadas. Num dos casos esse abuso é perpetrado pelo pai, no outro por um médico, no outro pelo cunhado e no último caso por um vizinho. Para além dos abusos cometidos sobre as entrevistadas, surge, numa delas, o relato de um abuso do irmão da entrevistada sobre o filho desta e uma tentativa de abuso do filho mais velho sobre o filho mais novo da

mesma. Desta forma, o trauma do abuso foi revivido com os seus filhos, surgindo uma revictimização. Este ciclo de abuso leva a um reviver por parte da mulher do sentimento de impotência e da raiva experimentados na infância.

Durante a descrição dos abusos surge a ideia de inocência, inerente à idade das vítimas. É relatado que no início dos abusos não percebiam o que se passava mas que, com o passar do tempo, foram percebendo. Isto levou, num dos casos, a somatizações nos momentos precedentes ao abuso.

Através da análise do relato de outra das entrevistadas, surge uma questão: será que a idade do abusador influencia a forma de perceber e integrar o abuso? Parece que sim. No caso atrás referido o abuso parece ter sido bem integrado na adolescência talvez motivado pelo facto de o abusador ser poucos anos mais velho que ela. Talvez isto a tenha feito pensar e pôr algumas questões acerca do seu grau de participação e consentimento do abuso.

## 26. Pedido de ajuda

E1 p3,3,4,5,7,7,8,8,10,12; E2, p1; E3, p1,2; E4, p1,2;

O pedido de ajuda toma várias formas ao longo destas quatro entrevistas, mas onde aparece de forma mais repetida, e em maiores proporções, é no caso da D. Lurdes. Talvez pelo facto desta ter descoberto há pouco tempo que o filho mais velho era vítima de abuso por parte do tio. Isso talvez faça com que esteja mais presente no seu discurso a necessidade de pedir ajuda e apoio. Na história que conta parece ter tentado revelar à mãe aquilo que se estava a passar dentro de casa, mas esta não quis ouvir. Este pedido de ajuda frustrado parece ter sido decisivo para que ela, pelo menos até aos 14 anos, tenha aguentado os abusos em silêncio. Ao saber do abuso que o filho sofreu parece tentar remediar este silêncio da infância pedindo ajuda e apoios em todos os sítios em que lhe era possível: advogados, médicos, no hospital, em associações de apoio à vítima e até à própria mãe que, uma vez mais, quis silenciá-la.

O pedido de ajuda direccionado, a maioria das vezes, à mãe parece ser frequentemente frustrado e reprimido, o que leva a que no futuro estas mulheres tenham dificuldades em pedir ajuda. Em outro dos casos, a entrevistada suportou durante 26 anos um casamento onde imperava a violência doméstica. Este tempo de espera até

conseguir pedir ajuda e protecção parece, assim, estar relacionado com a experiência da infância em que o seu pedido de ajuda foi reprimido e anulado.

### 3. Agressão física

E1, p4,8,8; E3, p1,3,3;

A agressão física aparece intimamente relacionado com o abuso infantil, no sentido em que surge como uma revictimização, na idade adulta. Esta revictimização é, frequentemente perpetrada dentro da família, quer, novamente, sobre a forma de abusos sexuais, quer sob a forma agressão física. Ao longo das entrevistas são relatados momentos de agressão quer da mãe, quer do irmão, quer do marido em relação às entrevistadas. Na primeira entrevista, é relatado que a mãe “pegou num ferro que estava no fogo e agrediu-me...e o meu irmão deitou-me as mãos ao pescoço”. Esta agressão surge como uma tentativa de silenciar a filha, depois de adulta, em relação ao abuso em relação ao seu filho.

Em outro dos casos há o relato de violência doméstica mas, desta vez, perpetrada pelo seu marido. A agressão física a que esteve sujeita durante 26 anos é o tema dominante da entrevista. Isto deve-se, possivelmente, ao receio que sente de que tudo possa voltar a acontecer porque voltou a morar recentemente com o marido. Assim, e como este é o medo que a assola na actualidade, foi para onde mais dirigiu a entrevista.

### 19. Infância carente

E1, p4,13; E3, p1; E4, p1;

Uma infância pobre de afectos, cumplicidade e atenção por parte dos pais parece ser um traço comum às quatro entrevistadas. A ideia de que não tinham ninguém para ajudá-las e protegê-las do abuso está muito presente, através de expressões relatadas durante as entrevistas, como por exemplo: “nunca, nunca a minha mãe me deu um abraço ou a confiança de lhe dar um abraço ou um beijinho e dizer gosto de ti ou...Nunca, nunca, nunca... Pelo contrário, sempre que lhe queria um acto de carinho até me fazia sentir mal: O quê? Já me vens pedir alguma coisa?” (entrevista 1), “davam muito pouco carinho...queria era casar para ter um bom marido que apoiasse e desse carinho”( entrevista 3) e “o rapaz ameaçava-a para não contar nada a ninguém e ela realmente nunca o fez. Por medo que as ameaças se tornassem reais mas, também,



porque achava que os pais não iam acreditar nela e nem tinha à vontade com eles para dizer tal coisa” (entrevista 4).

Assim, e apesar de dito de formas diversas, estas quatro mulheres relatam um relação afectivamente empobrecida e distante com os pais, denotando terem sido pessoas pouco investidas narcisicamente, o que levou à dependência e submissão manifestada na actualidade em relação aos companheiros. É devido a este afastamento emocional vivido na relação com os pais que procuram no casamento e na maternidade a fuga a esta situação e a procura de amor e carinho de que necessitam.

### 32. Raiva

E1, p6; E3, p4;

A raiva, tal como a culpabilização, parece ser dirigida em relação ao agressor e à pessoa que silencia a criança. Mas, uma vez mais, este sentimento é dirigido com mais intensidade à pessoa que desacredita ou silencia a criança, pois foi aquela que cometeu o maior abandono e traição. Esta acompanha estas mulheres ao longo da vida chegando, num dos casos a ser alastrada a um número grande de pessoas devido a generalizações e projecções realizadas pela entrevistada.

### 18. Impotência

E1, p6;

Esta sensação de impotência está descrita em palavras apenas na primeira entrevista (“sinto-me muito impotente por não poder chegar e fazer qualquer coisa para que as pessoas me ouvissem”) mas parece estar relacionada, não só nesta entrevista, mas também em todas as outras, com o sentimento de impotência vivido na infância face a um adulto agressor e poderoso. Surge com o sentimento de que o outro é mais forte e de que não tinham e, por vezes, continuam a não ter, ajuda nem apoio. O facto de uma mãe ser não protectora e abandonante, intensifica a atitude paranóide e as generalizações que surgem relacionada com a ideia que esta entrevistada tem de que todas as meninas com menos de 12 anos da sua vila são vítimas de abuso. O próprio ambiente de revictimização vivido por ela na actualidade intensifica o ódio e o sentimento de incompreensão.

Penso que esta impotência é um sentimento que ainda hoje prevalece nas recordações que estas mulheres têm da infância e que aparece em tudo aquilo que se relaciona com o abuso.

#### 8. Consumo de álcool

E1, p7; E3, p3,3;

O consumo e abuso de álcool surgem relacionados, pelas entrevistadas, com uma consequente agressividade e com um escape para os agressores não terem remorsos da violência perpetrada por estes esta ideia está bem descrita na expressão utilizada pela primeira entrevistada: “é o que dá as pessoas beberem demais e não saberem beber. Depois tornam-se agressivos... Enfim, bebem para ficarem com a consciência tranquila”.

Em outra das entrevistas surge a ideia de que é possível que o marido se sentisse abandonado quando os filhos nasciam. A mãe, foca a sua atenção no bebé e isso incomoda-o e provoca-lhe ciúmes. O álcool pode ter sido o refúgio encontrado por ele para lidar com esse sentimento. O facto de beber em demasia e este sentimento de abandono parece ter sido o que precipitou o início das agressões à esposa. Durante a gravidez tudo corria bem talvez porque a gravidez simbolizava a indisponibilidade dela para outro homem e mostrava a união entre os dois e a sua virilidade. Nessas alturas não se sentia nem trocado nem abandonado.

#### 28. Prevenção

E1, p3,5,8,9,10,10,11,11,12,12,13,13; E3, p2,3,4,5,5; E4, p1;

A prevenção aparece, ao longo das entrevistas, sob várias formas e realizadas em diferentes alturas da vida destas mulheres. É uma categoria que surge relacionada com a infância, mas também, com a idade adulta. Em relação à infância aparece sob a forma de comportamentos preventivos da repetição do abuso e em relação à idade adulta surge mais em relação à prevenção da vitimização dos filhos. Nesta última fase é relatado um cuidado especial em relação aos filhos no sentido de os ir buscar e levar a todo o lado, para criar com eles uma relação de confiança para que se sintam à vontade para falar de tudo, para informá-los acerca de todos os perigos e assuntos relacionados com o abuso, entre outras. Relacionada com esta categoria e que se pode quase considerar uma sub-

categoria aparece a prevenção obsessiva, numa das entrevistas. Nesta entrevista surge o relato de que esta mãe sempre obrigou os filhos a verem todas as notícias e reportagens relacionados com o abuso infantil, ainda que pensasse que muitas vezes não tinham idade para saber e ouvir certo tipo de coisas, e sempre lhes deu instruções de formas de defesa e do que deveriam fazer se alguém entrasse em casa ou se fossem abordados na rua por um estranho. A entrevistada refere que o abuso não a traumatizou mas, na verdade, parece ter traumatizado, se não, não havia esta constante desconfiança revivida no dia-a-dia não só por si mas também pelos seus filhos. Embora, no fundo, saiba que, inicialmente, a filha não tinha nem idade nem maturidade para perceber e ouvir certo tipo de coisas, refere que sempre preferiu contar-lhe tudo e falar acerca do que viveu para que estivesse prevenida. Chega mesmo a criar alguns comportamentos obsessivos na criança, dos quais por vezes nem se apercebe. Por exemplo, soube há pouco tempo que a filha fugia de carrinhas brancas em pequena, resultado do que a mãe lhe tinha contado. E esta nem mesmo se lembrava de o ter feito. Incutia na criança que fizesse tudo para se defender, incluindo que havia facas na cozinha para ela usar caso alguma coisa corresse mal. Talvez estes comportamentos sejam o reflexo do que ela própria desejaria ter feito ao abusador. Ou talvez um sentimento de que se podia ter defendido mais. Quase no final da entrevista refere que, a filha é que ficou traumatizada com a prevenção excessiva a que a obrigava. Penso que esta atitude era no sentido, não só de evitar o sofrimento da filha, mas, também, o sofrimento pelo qual iria passar se isso lhe acontecesse, pois seria o reviver de emoções e sentimentos angustiantes e aterrorizadores da infância. Penso que a primeira vez que a filha foi ao médico sozinha lhe trouxe essa tristeza e angústia do passado. A partir da adolescência da filha começou a ter atitudes totalmente opostas. Isto pode estar relacionado com o facto de ela ter deixado se ser abusada na adolescência ou pode ter, apenas, a ver com o facto de ela achar que na adolescência a filha já teria capacidades de defesa que em criança não se tem, e que ela própria não teve.

A prevenção em relação aos filhos, em outra entrevista, aparece como uma prevenção ao nível da intimidade familiar. Parece haver alguma rigidez em certas regras de convivência familiar talvez motivada pelo facto da entrevistada ter sido abusada em casa da sua irmã, onde estava a viver. Neste sentido relata que: “somos todos muito amigos... mas sempre com muito respeito. Não entram no meu quarto sem bater. Fecha-

se a casa-de-banho quando alguém lá está. Somos muito amigos mas com muito respeito e nada dessas coisas. Isso não”.

Em relação á prevenção infantil realizada pelas entrevistadas é relacionada com o evitar de que os abusos se repetissem. Também aqui esta prevenção foi realizada de várias formas distintas, de acordo com a situação, idade e capacidade da criança. As atitudes preventivas relatadas pela terceira entrevistada relacionam-se com o evitamento de estar sozinha com o agressor. Esta atitude preventiva parece ter sido suficiente para impedir a repetição do abuso. O que poderá sugerir este “desinvestir” do abusador? Poderá isto significar que os abusos ocorreram de um forma um pouco permissiva por parte da D. Ana? Talvez encarado como uma experimentação ao nível da sexualidade, visto o abusador ser poucos anos mais velho que ela? Ou não terá havido mesmo espaço para a repetição do abuso?

#### 6. Boa relação com os filhos

E2, p2; E3, p2,3,4; E4, p2;

Uma ideia que surge através da análise das entrevistas realizadas é que a principal função de uma mãe é proteger os filhos e estar disponível para ouvi-los. Ou seja, estas mulheres parecem tentar fazer com os filhos aquilo que sentiram que as suas mães não fizeram com elas. Descrevem ter conseguido criar uma relação aberta, de amizade, de diálogo e de confiança com os filhos. Apesar disso, penso que a D. Lurdes sente alguma frustração porque o seu filho era abusado há já alguns anos pelo tio nas férias de Verão e este nunca foi capaz de lhe contar. Parece ter sido um grande choque para ela, visto que reforça a ideia, durante a entrevista, de que sempre fez tudo por tudo que os filhos falassem com ela sobre tudo e que sempre tentou fazer com que confiassem nela e soubessem que ela estaria sempre ali para ouvi-los. Refere ainda que nunca pensou que o mesmo poderia acontecer aos filhos. Que isso nunca era uma ideia que lhe surgia. Mas que muitas vezes sonhava que isso acontecia de novo com ela. Esta crença da D. Lurdes era baseada no facto de que, tanto os tios como o pai (que foram as pessoas que abusaram dela), já tinham morrido e portanto não havia qualquer perigo de o filho vir passar as férias a Portugal. O que ela não pensou é que, embora na infância o irmão a tivesse defendido do pai, hoje ele próprio poderia ser um abusador, ou porque passou pelo mesmo que ela, sem ela o saber, ou porque o irmão identificou-se à figura

masculina, como era esperável (neste caso, ao agressor). Para além disso parece nunca ter pensado que os filhos poderiam ser abusados por pessoas diferentes das que abusaram dela (isto denota que a sua experiência traumática ainda está muito presente). Aquilo que faz transparecer na entrevista é que como mãe, as coisas sempre correram bem e não teve nenhuma dificuldade de maior. As dificuldades só surgiram aquando do conhecimento de que o filho também foi vítima de abuso.

Será que esta relação de amizade e aberta que têm com os filhos tem alguma coisa a ver com o facto de terem sido abusadas? Será pelo facto de que a maioria destas mulheres abusadas na infância são pessoas dependentes e encontram nos filhos o seu suporte?

Esta dependência também se vê bem nos pares escolhidos por estas mulheres. Tem tendência a juntar-se com homens que lhes dão segurança, homens autoritários e controladores. Daí que as fontes onde fui recolher a amostra tenham sido as associações de apoio à vítima.

Um dado curioso que se repetiu ao longo das minhas entrevistas foi o facto de, pelo menos, um dos filhos estar sempre presente. Isto denota a dependência destas mulheres. Será a necessidade de se sentir mais segura na presença de uma estranha com a qual vai falar acerca de assuntos que a magoam? Necessidade de ter os filhos presentes nos momentos difíceis?

Ou será que esta relação que mantêm com os filhos é apenas uma estratégia de prevenção encontrada por estas mães para evitar que os filhos passem pela mesma experiência traumática pela qual elas passaram? Pelo facto de acharem que podiam ter sido protegidas, e que, pelo menos, podiam ter sido ouvidas e acreditadas penso que é isso que tentam fazer com os filhos. Criar um espaço e uma relação propícia para o diálogo, é uma característica comum a todas as entrevistas, embora numas de forma mais explícita do que noutras.

#### 10. Desacreditação

E2, p1; E3, p2,2;

De uma forma ou de outra a desacreditação surge no relato destas vítimas de abuso. Isto porque, mesmo quando não há revelação, isto é justificado pelas mulheres como um medo da reacção da mãe ao saber do abuso. A criança generaliza o seu padrão de relação estabelecido com a mãe para esta situação. Isto só por si dá bastante a conhecer

do relacionamento de afastamento e de pouco confiança e cumplicidade estabelecido entre elas.

Nos casos em que a criança quebra o silêncio e revela à mãe/prestadora de cuidados o abuso, a maioria das vezes esta ou desacredita a criança ou impõe-lhe o silêncio com o objectivo de proteger emocional ou fisicamente o agressor.

#### 34. O reviver a angústia / revictimização

E1, p2,4,5,6,8,8,11; E2, p2; E3,1,3

O reviver da angústia e a revictimização estão presentes na história destas mulheres vítimas de abuso sexual infantil. Estes sentimentos surgem na vida destas vítimas quer através de experiências realizadas pelas próprias quer através da vitimização dos seus filhos. Aparecem como agentes revictimizadores o abuso sexual dos filhos, o trauma que advém das tentativas destas mães, por vezes exageradas, de prevenção em relação aos filhos, as agressões físicas a que estas mulheres ficam sujeitas, muitas vezes dentro da família, quer estas sejam perpetradas pelo marido, irmão, mãe, etc.

#### Trauma versus integração do abuso

O trauma parece estar presente na maioria das entrevistadas, surgindo apenas na última entrevista a integração do abuso.

Parece ter ficado sempre a mágoa de uma infância abusada e traída. Sentimentos que vieram ao de cima e se intensificaram no reviver por exemplo, na história da D. Lurdes, a história do abuso com os seus próprios filhos. Parece ser um trauma que a persegue, independentemente do sítio para onde vai. Porque mesmo quando fugiu para Espanha sentia que os seus superiores queriam abusar dela e teve sempre sonhos em que o abuso se repetia, apesar de dizer que lá se sentia segura e que nem lhe passava pela cabeça que os seus filhos viessem a passar por esta experiência traumática.

Outra das entrevistadas, sempre teve cuidados excessivos com os filhos, o que demonstra que a experiência traumática a acompanhou ao longo da vida, apesar de ela dizer o contrário. Acaba mesmo por dizer que acha que a filha é que ficou traumatizada com o que aconteceu à mãe. A atitude dela de permanente desconfiança e de constante alerta da filha para todos os perigos e formas de defesa poderá ser comparado a um luto mal resolvido porque ela não investe nas outras coisas nem tenta esquecer. Procura

acreditar que as consequências do abuso se restringem à relação que mantém com os filhos talvez porque se ela disser que mais nada na sua vida foi afectado, acabará por acreditar nisso. Na altura da adolescência da filha adquire uma atitude totalmente oposta à que mantinha quando esta era criança. Não só através da interrupção com os cuidados que tinha em relação à filha como através de esclarecimentos, talvez precoces, acerca da sexualidade desta. Alguns adultos sobreviventes do abuso sexual infantil podem, inconscientemente, sexualizar os filhos, em função da sua própria socialização sexual inapropriada (Sanderson, 2005).

Através da história da D. Clara percebe-se que esta nunca se revoltou com o sucedido. A irmã morreu sem saber a verdade porque ela, depois de adulta, não foi capaz de ter uma conversa com a irmã e de lhe explicar o sucedido. O facto de ter suportado por tantos anos os abusos físicos por parte do marido parece ser prova de que o abuso da infância não foi superado e de que era necessário ela revoltar-se e impor-se para ultrapassar a situação. O facto de ela não querer falar sobre o assunto e de nunca ter contado a ninguém, nem mesmo ao marido e filhos, também faz transparecer que não é um acontecimento ultrapassado nem integrado.

Em relação à D. Ana, o facto de esta achar que superou o sucedido durante a adolescência poderá estar relacionado com facto de ter vivenciado alguma coisa nessa fase que lhe pudesse fazer pensar que o abuso foi, de certa forma, consentido por ela. A idade do abusador é fundamental no impacto do abuso sexual. Tendo o abusador poucos mais anos que ela, isto lança-lhe uma dúvida acerca do seu grau de participação no abuso. Quando o abusador tem menos de 26 anos, isso pode suscitar alguma dificuldade na distinção entre o que é um abuso ou uma experimentação sexual consensual (Sanderson, 2005). O facto de ela não querer falar muito acerca do abuso sofrido na infância faz-me pensar que, afinal, a experiência de abuso não está assim tão ultrapassada. E que isso pode ser motivado pela dúvida constante em relação ao seu grau de consentimento dessa experiência sexual.

Assim, as quatro entrevistadas parecem ter muito presente, ainda que em alguns casos de forma dissimulada, o abuso sofrido na infância.

#### 17. Identificação ao agressor

E1, p2,9; E3,p5;

Uma questão que me surge é se alguém pode ser agressor por imitação. Poderá haver uma identificação ao agressor apenas quando se é agredido ou também quando se observa a agressão? No caso da D. Lurdes, o irmão identificou-se ao agressor. Terá sido pela observação do irmão do pai a abusar da irmã, que a D. Lurdes diz ter ocorrido, ou terá o irmão também sido abusado pelo pai sem que ela saiba? Ou será isto apenas a identificação à figura masculina que é esperada? Ou uma forma de ele lidar com a angústia, passando também a agredir? Neste caso o irmão desempenha duas funções: o papel de proteger (na infância) e o papel de abusar (na idade adulta). Daí que me coloque a questão: Será que a confiança depositada naqueles que nos são próximos propiciar o abuso? Será que é por isso que a maioria dos abusos ocorre dentro da família? Será que confiança e amor que a criança sente pelo adulto fazem com que tolere mais facilmente o abuso? Por medo que este seja punido? Ou por não perceber que se trata de um abuso e não de uma demonstração de carinho? Para além de todas estas hipóteses que podem ser verdadeiras, a privacidade inerente à família é um bom facilitador do abuso.

Ainda no caso da D. Lurdes, apercebemo-nos de outra identificação ao agressor. O seu filho mais velho, que era vítima de abuso por parte do tio desde os seis anos, tentou abusador do irmão. Este ciclo parece não ter fim. Provavelmente porque nunca nenhum dos abusados recebeu ajuda e apoio. É isso que a D. Lurdes está a tentar alterar. Esta mulher tenta ser a mãe que a sua mãe não foi. Tenta fazer tudo diferente. Em vez de silenciar o filho tenta fazer tudo que está ao seu alcance para saber a verdade e apoiá-lo. Nota-se na sua história uma grande identificação à vítima da sua parte. Nota-se que faz um esforço grande para, não só os pôr em segurança, mas, também, tomar atitudes compensatórias no sentido de lhes proporcionar momentos de felicidade e partilha. Isto parece ser aquilo que, no seu íntimo, desejava que tivesse acontecido para compensar o sofrimento do abuso. Mas nem a isso teve direito. Acredita que tudo pode ser diferente e luta por isso. Talvez isto lhe traga alguma paz, calma e compensação em relação ao abuso sofrido na infância.

Na entrevista da D. Teresa nota-se, também, uma grande identificação à vítima, existe um comportamento um pouco obsessivo de prevenção do abuso dos filhos e, segundo a própria entrevistada, a filha ficou traumatizada com a experiência vivenciada pela mãe.



Na entrevista da D. Clara, parece haver uma identificação ao agressor por parte de um dos seus filhos. Embora não seja explícito, porque esta refere que o filho está casado e não “levanta a mão à mulher”, refere que este filho é muito ciumento com a esposa (tal como o marido é com ela) e que a entrevistada está sempre a dizer aos filhos para não seguirem os passos do pai porque viram o sofrimento que é. Esta advertência da mãe em relação aos seus filhos pode ser motivada pelas semelhanças que vê entre o relacionamento dos filhos com as companheiras e a sua relação inicial com o marido.

### Dependência

A revictimização é uma característica destas mulheres já documentada. Foi através do conhecimento disto que me dirigi às associações de protecção à vítima. Estas mulheres parecem ter tendência, para a revictimização (quer através de si, quer através daqueles que a rodeiam, nomeadamente os filhos). Parece haver uma escolha de parceiros protectores mas, ao mesmo tempo, autoritários ou que lhes trazem bastantes problemas, levando a inferir que possam ser mulheres dependentes e submissas. Nesta investigação foi a dependência que mais se salientou, e que tomou especial relevância em relação aos filhos. Isto justificado pela presença em todas as entrevistas que realizei de, pelo menos, um dos filhos da entrevistada. A forma como estas mulheres falam acerca da sua relação com os filhos também denota uma grande necessidade de manter uma boa relação com eles, chegando mesmo a ser referido por uma das entrevistadas que “os meus filhos são os meus irmãos e amigos”. Esta entrevistada, violada pelo cunhado e desacreditada pela irmã parece tentar ser, para os seus filhos, também uma irmã, a irmã que não teve, em paralelo com as mulheres desacreditadas pelas mães, que tentam ser a mãe que não tiveram. Será esta relação estabelecida pela mãe com os seus filhos uma forma de os tentar proteger ou uma tentativa de manter com alguém uma relação de confiança? Será pela necessidade de ter uma relação gratificante, quando todas as outras, por uma razão ou por outra, ao longo da vida não o foram? Ou será a necessidade de os ter sempre presentes para saberem que estão bem?

### Passividade

A passividade na história destas mulheres que surge ao longo destas entrevistas quer em relação a elas próprias quer em relação às suas mães. Estas mães mostram-se passivas e submissas em relação ao agressor e negligentes em relação às suas filhas. Há um desacreditar daquilo que a criança conta ou simplesmente um suprimir e anular aquilo que é dito por ela. Isto leva a que, no futuro, a criança adopte uma posição de submissão e passividade, também em relação ao seu marido/companheiro e que aguarde ser vitimizada sem conseguir proceder a um pedido de ajuda. Por vezes este pedido acaba por surgir, após anos de sofrimento e silêncio (causados pela imposição do silêncio perpetrada pela mãe anos atrás). A criança aprendeu e fez uma generalização na qual o pedido de ajuda é frustrado. Apesar desta passividade revelada em alguns casos em relação ao marido, em relação à prevenção do sofrimento dos filhos parecem ter iniciativa e serem muito activas. Levando, em alguns casos a prevenções obsessivas que acabam por traumatizar os filhos (tal como é referido na entrevista da D. Teresa).

Numa das entrevistas surge um paralelo entre a atitude de passividade da irmã da entrevistada ao saber que o marido tinha abusado dela e a passividade demonstrada, posteriormente e já em adulta, pela entrevistada e aguentar 26 anos de agressões físicas constantes. Embora a passividade não seja vivida pela mesma pessoa, há um paralelo entre as duas situações e talvez uma identificação da criança a esta irmã.

Assim, estes dados, suportam o referido pelas entrevistadas que afirmam que o silenciar que lhes foi imposto foi o mais traumatizante na história do abuso sofrido. Vê-se que este suprimir da revelação da criança tem efeitos a longo-prazo nas suas vidas.

### 1. Abandono

E1,p 6,7,7,8,8,10,11,13; E2, p2; E4, p2;

Este sentimento surge na sequência do silenciar da criança acerca do abuso sexual sofrido. Estas crianças sentem-se sozinhas, abandonadas e com a sensação que só podem contar com elas próprias. Isto é motivado pelo modelo relacional que os pais estabeleceram com estas crianças e que se aplica em todas as situações vividas por esta. Sem alguém para a ouvir e apoiar, a criança toma medidas para se tentar proteger da repetição do abuso em função da sua idade e maturidade, medidas essas por vezes insuficientes. Surge uma grande culpabilização de quem lhe impôs o silêncio que a acompanha ao longo de toda a vida.

Na primeira entrevista, este sentimento de abandono surge também na idade adulta, através da vitimização dos seus filhos. Mais uma vez, a entrevistada sente-se abandonada, sente que não tem ninguém que a apoie e que a ajude e de que, tal como na infância, terá de ser ela sozinha a evitar que os abusos se repitam

#### 11. Esperança

E1, p8,8,14; E3, p4;

A atitude destas mulheres, vitimizadas na infância, em relação aos seus filhos parece ser motivada pela esperança de que as coisas mudem. Um abuso sobre os seus filhos traria a estas mulheres todos os sentimentos de abandono e impotência vividos enquanto criança. Esta esperança de que os filhos não sejam vitimizados está muito manifesta e descrita na primeira entrevista: “Porque tenho esperança que, assim, as pessoas fiquem a saber o que realmente se passou comigo, a mãe que ela foi, e que assim deixem de ter medo de falar e digam a verdade... eu acho que as coisas podem mudar e tento ajudar quem posso”. A protecção dos filhos aparece nestes casos como as suas próprias protecções, visto que a vitimização dos seus filhos é uma revictimização para estas mulheres.

#### 15. Função parental

E1, p10,10; E2, p2;

Aparece descrita apenas nas duas primeiras entrevistas mas está subjacente a todas as entrevistas. Estas mães assumem como principais funções maternas aquilo de que sentiram falta na infância: protecção e apoio por parte dos pais. Chegam a referir que se o tivessem tido as consequências do abuso não seriam tão marcantes.

#### 24. Modificação

E1, p4,10,12,12,12; E2, p2; E3, p1; E3, p1; E3, p5;

Esta modificação está relacionada nestas entrevistas com um aprender a proteger-se e com uma conseqüente mudança de comportamento. Na primeira entrevista aparece várias vezes referida a mudança de atitude perante o abuso e perante potenciais agressores. É descrito: “fui vítima em criança, mas na adolescência quando fui embora

já não permiti que voltasse a acontecer. Basta parar, olhar em volta e vê-se tudo... a minha segurança foi abalada pelo que se passou mas depois que fui embora fui crescendo e fui-me tornando mais forte. Fez-me mais forte... Houve uma altura que me vi afundar muito, mas arranjei forças onde não tinha e tive de ir em frente”.

Na terceira entrevista há uma clara tentativa de mudar a sua situação de vítima do marido. A entrevistada descreve: “Até hoje algumas pessoas ainda não acreditam que eu me divorciei. Foi muito difícil... Passados tantos anos... Mas já não aguentava mais, não podia ser... Agora estou outra vez a viver com ele mas somos divorciados. E como agora as coisas estão em meu nome e assim já está diferente... Mas eu também lhe digo sempre que à primeira vez que ele fizer vai porta fora que agora já é tudo diferente. E ele agora trabalha e tudo. Porque ele nunca quis trabalhar.”

Assim, surge ao longo das entrevistas uma necessidade por parte destas mulheres de ver o abuso de forma diferente, ganhando força e aprendendo com o que passou e de se proteger e deixar de ser vítima.

## Anexo D

*Entrevista D. Lurdes*

*Entrevista D. Teresa*

*Entrevista D. Clara*



*Entrevista D. Ana*